

6R.

DEBATE

AGOSTO
75

19



MOVIMENTO
OPERARIO

40 p 8785

N E S T E N U M E R O :

Preocupação permanente e fundamental de um órgão marxista-leninista, e neste sentido tendo sido objeto de estudos, artigos, polêmicas, o movimento operário ainda não tinha, nas páginas de DEBATE, recebido o tratamento sistemático, no plano histórico e no plano teórico (na medida em que se podem separar estes planos) cuja necessidade se faz sentir sobremaneira num momento em que os comunistas consequentes, tendo recolhido o fruto de muitos anos de auto-crítica e de lenta recomposição de forças, empreendem de maneira decidida a reorganização, sobre bases novas, do movimento comunista em nosso país. Dois artigos tratam especificamente da questão. Um deles é o primeiro de uma série de estudos de Fernando Andrade sobre o Movimento Operário e os Sindicatos. O outro constitui a sequência do depoimento de Rolando Fratti sobre os grandes momentos da história do movimento operário brasileiro e as lições que este dirigente operário comunista tirou desta experiência histórica e submete à apreciação e à discussão de todos os companheiros e leitores de DEBATE, notadamente daqueles diretamente vinculados à grande tarefa histórica de reconstruir o movimento revolucionário brasileiro sobre a base da união dos comunistas com as massas.

A luta pela anistia geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos por razões políticas constitui um dos elementos importantes, no Brasil atual, da luta pela democracia. Devido à natureza de seus objetivos, corresponde às aspirações de muitos setores da população, que pelas mais diversas razões foram atingidos pelo terrorismo ditatorial. A revista do CEAS publicou recentemente um artigo que reproduzimos no presente número de DEBATE, em que a questão dos direitos e garantias individuais -que constitui o tema central de toda e qualquer campanha pela anistia- é estudada em relação com a repressão aos marginais. Em outros termos, de como o terrorismo contra os marginais criou as condições práticas para o terrorismo político. Tomando a iniciativa de reproduzir este estudo, publicado em revista conhecida pela seriedade de seu trabalho teórico, DEBATE visa a facilitar a todos os que se empenham no combate pela anistia o acesso ao que de mais importante sobre o tema se publica em nosso país.

Em sua ação consequente pela UNIÃO DOS COMUNISTAS, DEBATE, através de seus militantes, vem levando adiante, e já há mais de cinco anos, uma luta de idéias decidida com as diferentes correntes e forças políticas do movimento revolucionário e comunista do Brasil. Infelizmente, o obscurantismo ideológico ainda é para alguns -senão muitos- camaradas o refúgio mais seguro para conservar e proteger concepções e pontos de vista que não resistiriam ao exame da teoria e ainda menos da prática. Por isso mesmo não nos acontentamos em manter o debate político apenas com as organizações e forças com as quais temos óbvias afinidades -a ALA VERMELHA e a TL/ALN por exemplo-, como o faz no presente número nossa camarada Marta Alves (e como o fizeram muitos outros camaradas em precedentes números de DEBATE), buscamos o confronto direto de idéias com grupos representativos de correntes de opinião em nossa esquerda. É neste espírito que a citada companheira critica algumas concepções e documentos no artigo A Esquerda brasileira e a Economia Política burguesa. O artigo dos companheiros Teresa Guimarães e Raul de Freitas, Sobre as concepções da Ala Vermelha, mostra, sobre a base da concordância em questões fundamentais que temos com os camaradas da Ala, os erros e insuficiências de suas posições atuais no concernente à união dos comunistas com a classe operária e à reunificação dos comunistas. Por aprofundar os problemas da linha política marxista-leninista no Brasil à luz da luta política do movimento operário, este artigo se reveste portanto da maior atualidade.

§1- Sindicalismo de Estado e Populismo

Nossos documentos políticos fundamentais, notadamente o Projeto de plataforma Política e a Plataforma para a união ds comunistas colocam no centro da luta política do proletariado brasileiro a independência sindical. Nisso coincidem não somente com a grande maioria das forças que constituem o movimento democrático e socialista do Brasil -o que já é importante- mas -o que é essencial- também com as aspirações profundas do movimento operário de nosso país. No entanto estes documentos vieram trazer à questão uma compreensão nova, na medida em que a situaram em sua verdadeira perspectiva histórica, ligando-a à questão do caráter não-democrático da transformação burguesa da sociedade brasileira, isto é ligando a situação atual do movimento operário ao processo histórico do desenvolvimento do capitalismo e da luta de classe entre proletariado e burguesia no Brasil. Não podemos retomar aqui as diferentes passagens em que a luta pela independência sindical é retrçada, naqueles documentos, como um aspecto essencial da luta dos trabalhadores assalariados em geral e especificamente da classe operária para fazer valer seu direito imprescritível a uma vida melhor. Lembraremos tão somente que fazemos dela a essência mesma da democracia política e a condição necessária ao processo de emancipação política do proletariado como força motriz e dirigente da transformação socialista da sociedade brasileira.

Cabe portanto partir, no exame do processo histórico da luta pela organização independente do proletariado, de uma dupla constatação. Se olharmos para a situação atual, constatamos a subordinação dos sindicatos ao Estado capitalista. Se olharmos o processo que conduziu à situação atual, constatamos que esta é o produto -negativo- de muitas décadas de lutas sociais e políticas nas quais o proletariado e seus aliados tentaram com resultados diversos afirmar sua independência de classe. Constatamos, em particular, uma regressão relativa, posto que em sua fase inicial -que se estende até o Estado Novo, o movimento operário do Brasil, embora submetido à repressão reacionária, manteve sua independência orgânica ao nível sindical. Como se sabe, foi sob a ditadura Vargas, mais exatamente entre 1937 e 1943 que se verificou a subordinação do sindicalismo ao Estado através da criação do sindicalismo de Estado de tipo fascista, diretamente inspirado na "Carta del Lavoro" promulgada por Mussolini. Os traços mais gerais deste sindicalismo de Estado são (A) exclusividade : em todos os níveis, a única organização sindical tolerada é a oficial, (B) enquadramento vertical : cada organização de base, agrupando (1) numa mesma localidade (2) os trabalhadores de uma mesma categoria profissional, se relaciona exclusivamente com a organização de nível superior, agrupando os trabalhadores da mesma categoria profissional na mesma região. O objetivo manifesto deste sistema é impedir toda e qualquer coordenação horizontal das lutas dos trabalhadores, quer ao nível de uma localidade, quer ao nível de um Estado da Federação, quer ao nível nacional (posto que, como é notório, mesmo a nível nacional os trabalhadores permanecem divididos no interior de cada uma das grandes categorias profissionais: Confederações de industriários, comerciários, bancários, trabalhadores em transporte, etc.). (C) subordinação ao Ministério do Trabalho : é este o vértice da pirâmide sindical corporatista; é ele quem estabelece as condições para o reconhecimento de cada sindicato e o artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que em caso de "dissídios ou circunstâncias que perturbem o funcionamento do sindicato", ele pode e deve intervir. (D) colaboração de classes : não somente se atribui à Justiça do Trabalho o poder de arbitrar soberanamente os conflitos entre trabalhadores e patrões, mas a greve, principal arma do proletariado na luta econômica, é praticamente proibida e constantemente reprimida. Tal é, em seus elementos mais característicos, o sistema sindical

existente no Brasil desde 1937. Evidentemente, a história das lutas sindicais -para não falar das lutas operárias em geral- não pode ser reduzida ao esquema "antes/depois de 1937". Neste sentido, é mais próprio à tradição liberal do que comunista exagerar o efeito das medidas repressivas do Estado Novo sobre o movimento operário, como se a perda de independência orgânica do sindicalismo brasileiro fosse explicável no essencial por razões policiais. No entanto, não há dúvida nenhuma de que a perda de autonomia sindical, a subordinação orgânica dos sindicatos ao aparelho de Estado dos latifundiários e dos capitalistas, teve como um de seus pressupostos o terrorismo de Estado exercido pela ditadura Vargas. Tampouco se pode negar que o fim do terrorismo anti-comunista criou condições incomparavelmente mais favoráveis para a retomada das lutas de massa do proletariado, e que o restabelecimento da legalidade constitucional recolocou no plano das lutas práticas como no plano jurídico, a questão do direito do proletariado à organização independente. Por isso mesmo se nos afigura como indispensável analisar a situação em que historicamente se engendrou aquilo que alguns intelectuais chamam -de maneira bastante inadequada- o "sindicalismo populista", e que seria justamente o resultado histórico, no plano ideológico e político, da perda de autonomia organizatória do movimento sindical.

Cumpra antes de mais nada precisar os termos mesmos do problema, distinguindo aquilo que para nós comunistas constitui a questão de fundo, a saber que, como o mostraram nossa Plataforma para a união dos comunistas e antes dela nosso Projeto de plataforma política, publicado em DEBATE-12, a subordinação orgânica dos sindicatos ao Estado capitalista constitui a manifestação por excelência do caráter não democrático portanto não revolucionário da transformação burguesa da sociedade brasileira, e as diferentes manifestações e episódios concretos do processo através do qual o proletariado interveio como protagonista -no mais das vezes desempenhando um papel limitado e muito aquém de seus objetivos históricos- nas lutas sociais e políticas que caracterizaram o desenvolvimento capitalista do Brasil nas últimas décadas. No que à questão de fundo se refere, cabe notar a diferença entre subordinação orgânica do sindicalismo ao Estado capitalista e subordinação ideológica do movimento sindical à burguesia. É típico do esquerdismo, sobretudo dos intelectuais de "extrema-esquerda" que professam a doutrina do "sindicalismo populista" confundir as duas coisas, isto é, confundir a questão da independência dos sindicatos enquanto organizações de massa encarregadas de defender as condições de existência e de trabalho dos operários e dos assalariados em geral e a questão da orientação política do movimento sindical. A doutrina do "sindicalismo populista" tal como foi desenvolvida notadamente pelo sociólogo F. Weffort e retomada por grupúsculos sectários em geral de orientação trotskysta, baseia-se na completa subestimação do aspecto organizatório da subordinação do sindicalismo ao Estado capitalista para enfatizar unilateralmente o aspecto ideológico, numa típica inversão idealista, que, inútil é repeti-lo, caracteriza a obsessão pelas idéias dos mandarins universitários descompromissados com a prática. É extremamente instrutiva neste sentido a definição do sindicalismo populista que propõe F. Weffort num artigo recente. Segundo ele, "a partir dos anos 50", é que se configuram "mais claramente" as características do "movimento sindical populista", a saber: "no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas "organizações paralelas", formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros populistas fiéis à tradição de Vargas" (Weffort, "Origens do sindicalismo populista no Brasil", in Estudos Cebrap-4, p.67). Seria perder tempo demasiado mostrar tudo que esta fórmula contém de inexato e de superficial. Notemos somente que ela separa confusamente aquilo que na realidade

está claramente unido - (inventando um "plano da orientação" distinto do "plano político" sem que, com a melhor das boas vontades se possa entender o que separa um de outro) e une confusamente aquilo que na realidade está claramente separado (fazendo das "organizações paralelas" um "complemento à estrutura sindical oficial" quando é óbvio para quem dispõe de um mínimo de bom senso que esta última não necessitava de complemento algum e que portanto não se pode colocar no mesmo plano o sindicalismo corporativista do Estado Novo e as organizações sindicais paralelas criadas em oposição manifesta ao primeiro). Ademais - e é aqui que se manifesta a frivolidade teórica do autor, mais grave que suas confusões - é realmente grotesco datar dos anos 50 a subordinação política, orgânica e ideológica do movimento sindical ao Estado capitalista quando todo mundo sabe que, com a repressão à ANL em 1935 e a criação do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas assumiu o controle orgânico e em seguida político do movimento sindical (o que não é a mesma coisa que o movimento operário) e é daí que data a perda de autonomia deste movimento. O terror policial do Estado Novo não explica em absoluto a subordinação ideológica do proletariado à burguesia: como já o notamos acima, é próprio do filistinismo liberal achar que a repressão pode liquidar com um movimento de massas e criar um outro em seu lugar. Se para isso não houver fatores políticos e econômicos ponderáveis que favoreçam o terrorismo reacionário e lhe ampliem o alcance histórico, jamais uma classe dominante consegue pelo simples - ainda que terrível - exercício da violência policial modificar o curso dos acontecimentos. Esta é uma constante lição da experiência revolucionária internacional. Mas negar toda e qualquer eficácia à repressão, reduzir a uma pura questão de ideologia a liquidação da independência sindical como se não tivesse existido a repressão terrorista do Estado Novo, é o que se pode chamar frivolidade teórica e diletantismo político.

Se os escritos de F. Weffort, sobretudo os mais recentes (pensamos notadamente em sua tese intitulada Sindicatos e política, em seu estudo sobre a greve de Osasco e no artigo supra-citado) constituem o exemplo mais acabado da subestimação quando não da negação do papel da violência na história, ao menos enquanto integrante essencial da dominação de classe, encontramos a tendência oposta (de superestimar a eficácia da repressão) nas passagens daquele que constitui sem dúvida o trabalho mais significativo teoricamente sobre a evolução do sindicalismo brasileiro que tratam da questão que ora examinamos, a saber Conflito industrial e sindicalismo no Brasil de Leôncio Martins Rodrigues. Segundo o autor, a partir de 1937, isto é, do Estado Novo, "desaparece não só o sindicalismo autônomo como o movimento operário" (p. 163). A proposição só é válida se adotarmos o ponto de vista jurídico burguês de que sindicalismo e movimento operário se confundem. Evidentemente, Leôncio Rodrigues tem toda razão de insistir em que a partir desta data "as eleições sindicais convertem-se numa farsa, reservando-se o Ministério do Trabalho o direito de reconhecer as diretorias eleitas e de intervir nos sindicatos", e de notar que "no plano político reprime-se com violência a militância sindical independente, e as correntes políticas de esquerda mergulham na clandestinidade absoluta, inexistindo no interior das associações sindicais qualquer corrente oposicionista à burocracia apoiada e mantida pelo governo" (ib., p. 163-164). Mas o movimento operário não se reduz às lutas e manifestações diretas de massa e ainda menos àquelas susceptíveis de serem contabilizadas e catalogadas pelos sociólogos trabalhistas (número de horas não-trabalhadas em virtude de greves, conflitos localizados ou gerais conduzindo a negociações coletivas, tomadas de posição de órgãos representativos, etc.). Ele se consubstancia igualmente na experiência coletiva de uma classe social, ou de setores, camadas e núcleos de uma classe social, em sua cultura, suas tradições, suas aspirações difusas e sobretudo na formação de seus elementos de vanguarda, de seus "intelectuais orgânicos", de tudo e todos que, nos períodos de refluxo, de ausência ou impossibilidade de lutas diretas de massa em escala apreciável,

~~mantêm-se como portadores desta grande experiência coletiva e da consciência socialista. É mal conhecida - e não por acaso - a história da resistência operária à repressão terrorista do Estado Novo, mas nem por isso se pode inferir que ela não tenha existido ou mesmo que tenha sido insignificante. Não é nesse sentido que vai o depoimento de Rolando Fratti, cuja publicação foi iniciada em DEBATE-18, o qual lembra, entre outras coisas, a formação em 1938 da Liga da Emancipação Nacional, um dos acontecimentos deste período nos quais "o proletariado sempre esteve presente" (DEBATE-18, p.19).~~

A repressão do Estado Novo, ela própria consequência da derrota sofrida pelo movimento operário e popular em 1935 com a aventura insurrecionalista chefiada por Luis Carlos Prestes imprimindo ao Partido Comunista do Brasil uma orientação radical pequeno-burguesa, impregnada de servilismo e obediência mecânica às diretrizes de uma III Internacional da qual o mínimo que se pode dizer é que conhecia bem pouco da realidade brasileira, levou a um duplo resultado histórico: aniquilou a organização sindical autônoma tal como existira no período anterior e criou uma nova organização sindical, cujos traços essenciais, corporatistas e fascistas, já foram descritos acima. Para sermos mais exatos: a repressão do Estado Novo aniquilou a organização sindical autônoma e a política de massas do Estado Novo criou o sindicalismo de Estado corporatista e fascista. A questão que se coloca - e cujo alcance e mesmo atualidade históricas são manifestos - é a de determinar as circunstâncias, condições e limites em que o sindicalismo de Estado do Estado Novo se reproduziu, em suas características essenciais - que se resumem na fórmula: subordinação orgânica ao Estado capitalista, no novo regime político instaurado pelo golpe militar de outubro 1945 e definido na Constituição de 1946. Segundo F. Weffort, como vimos, é a partir de 1950 que se configura o sindicalismo populista. Caberia perguntar se o sindicalismo existente entre 1937 e 1950 era não-populista. Em todo caso, segundo o mesmo Weffort (estudos cebrap-4, p.70) "quando termina a ditadura Vargas em 1945, o movimento operário brasileiro se encontra, por assim dizer, completamente esquecido de sua própria história e de fato inteiramente desarticulado". É o caso de agradecer Weffort por se ter lembrado desta história algumas décadas depois, ainda que, como já vimos e como veremos mais adiante, é pouca a confiança que se pode ter na memória do sociólogo do populismo. Em todo caso, ele revela que a estranha amnésia histórica que teria vitimado o proletariado brasileiro não explica por si só "o rumo que o movimento operário deveria seguir" no pós-guerra. "São as orientações vigentes em 1945-1946, retomadas e reafirmadas em 1950-1954, que darão ao movimento operário as características que veio a possuir até 1964 como dependência do regime populista brasileiro" (Weffort, ib., pp.70-71). O assunto aqui já não é mais "sindicalismo populista", mas "regime populista". Esta fertilidade léxica é estritamente anti-cartesiana: é um método obscuro de expor coisas claras. O que é "regime populista"? O de 1946, com Dutra no governo? Mas segundo nosso autor "a vinculação paternalista de Vargas com a massa operária é um elemento constitutivo do regime populista no Brasil desde suas origens" (ib. p.67). Impossível maior confusão. O regime populista é anterior ao sindicalismo populista e pelo visto confunde-se com a permanência de Vargas no governo e com o regime constitucional de 1946. É de notar no entanto que Weffort, tão "radical" em algumas coisas, declara despidoradamente que "o sindicalismo populista atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma aproximação e subordinação crescentes ao regime populista. Em 1964, este sindicalismo entra em crise para finalmente desaparecer (grifos nossos, FA) com o regime político ao qual associara o seu destino" (Weffort, ib. p.67). Para quem não sabe, houve em 1964 no Brasil um golpe militar reacionário que desencadeou violenta repressão anti-operária, prendendo, torturando e mesmo assassinando dirigentes e militantes, que realizou intervenções em centenas de sindicatos e que acentuou cada vez mais seu caráter terrorista, organizando a tortura sistemática em larga escala, etc. Que estas coisas não possam ser escritas num órgão legal dentro do Brasil é óbvio. Mas que no lugar de um necessário silêncio se escrevam fórmulas como a que grifamos dá a medida do ponto de vista a partir do qual se efetua uma certa "crítica" sociológica do populismo.

8

Fica extremamente difícil quando se faz abstração das condições reais em que o proletariado desenvolveu, em cada situação concreta, a sua luta de classe contra o Capital, escapar ao simplismo idealista que reduz a história das lutas sindicais em nosso país a uma idade de ouro mais ou menos pré-histórica (que nos escritos de F. Weffort corresponde ao período anterior a 1930) rompida bruscamente pelo pecado original do populismo que reduziu os trabalhadores não exatamente à necessidade de ganhar a vida com o suor do próprio rosto - porque isto já o faziam - mas a aceitar passivamente a hegemonia burguesa. Nesta mitologia (que nem sequer tem o interesse de ser original) não faltam nem Eva nem a maçã: como o explica o impávido Weffort, "a estrutura sindical oficial criada no espírito de corporativismo fascista italiano para o controle do Estado sobre a classe operária teve que esperar pelo empenho, em especial do Partido Comunista Brasileiro, para conquistar alguma eficácia real como instrumento de mobilização e de controle da classe operária" (ib., p. 71). Passemos pela inexatidão histórica (não havia no Brasil, nenhum Partido Comunista Brasileiro, e sim o Partido Comunista do Brasil, a diferença de nomes envolvendo diferença de conteúdo porque como é público e notório, correspondeu a uma das grandes cisões do movimento comunista do Brasil; só que ela teve lugar quinze anos mais tarde) para nos concentrarmos no principal, a saber que qualquer que tenham sido os efeitos nefastos de uma orientação política que se poderia considerar como oportunista de direita por parte do PCdoB, a questão prática que se colocava para o movimento operário e sindical em 1945-1946 era a determinar as formas de ação capazes de criar as melhores condições para a reconquista da autonomia organizatória. Neste sentido as observações de Leôncio Martins Rodrigues são incomparavelmente mais interessantes e valiosas que as de F. Weffort. Com efeito, este último separa metafisicamente o elemento de violência do elemento de influência ao discutir a dominação burguesa, ou, para usarmos a expressão de Gramsci, separa de maneira pedante e artificial o elemento de dominação e o elemento de hegemonia na história do populismo e do "sindicalismo populista". Não entende que a ideologia nacionalista de Getúlio, batendo-se por uma política externa independente e pela industrialização do país continha um elemento historicamente progressista, corresponde do ao caráter burgues das transformações econômicas em curso. Não vai nisso crença alguma na fatalidade da hegemonia burguesa naquele período histórico: era a época aflinal em que a China seguia um curso histórico distinto que a levaria à solução revolucionária dos problemas que no Brasil seriam resolvidos de maneira parcial e limitada justamente por causa da direção burguesa. É ridículo neste sentido pretender que Getúlio tenha tido de esperar "pelo empenho da esquerda especialmente do PCdoB" para conquistar real influência sobre o movimento operário. Quem não sabe que em 1950 ele foi eleito sem apoio do PCdoB? E eleito pelo voto das classes populares? É fácil subestimar a força do inimigo quando se assiste de camarote à luta de classes...

Do ponto de vista materialista e dialético a questão que examinamos se coloca nos seguintes termos: em que condições e graças a que fatores a controle exercido pelo Estado capitalista sobre o movimento operário, obtido sobre a base da repressão terrorista do Estado Novo, pode ser mantido quando este último desapareceu? "O ambiente político mais democrático que se seguiu à derrubada do Estado Novo e à elaboração da Constituição de 1946 permitiu... que os sindicatos readquirissem relativa liberdade de movimentação e que se tornassem menos subordinados à orientação do Ministério do Trabalho... A estrutura herdada do Estado Novo, permanecendo inalterável, fazia sempre possível a intervenção do Ministério do Trabalho... Porém as interferências abertas e violentas do Governo encontravam clima menos propício para se concretizarem..." (Leôncio Rodrigues, ib., p. 164). O texto indica os elementos mais importantes da situação, embora os trate de maneira teoricamente pouco rigorosa e sobretudo anti-dialética. O essencial com efeito no período aberto pela derrocada do Estado Novo é a contradição entre a Constituição liberal-burguesa (de 1946) e a CLT corporatista-fascista que não foi abrogada pela nova Constituição. Trata-se pois de uma contradição

intrinseca à dominação de classe da burguesia, exprimindo o caráter limitado da democracia burguesa em nosso país tal como existiu no regime da Constituição de 1946. Dizemos bem: limitação da democracia burguesa como tal, posto que a persistência do sindicalismo de Estado negando aos trabalhadores o direito à organização independente, negava igualmente aquilo que constituiu o elemento essencial das liberdades políticas e jurídicas burguesas a saber o direito de associação. Mesmo do ponto de vista estritamente histórico, de resto, o "ambiente político mais democrático" de que fala L.M. Rodrigues não começou em fins de 1945 com a queda de Getúlio, mas em 1943-1944 com a virada deste último em direção ao movimento popular a fim de criar base social para sua política nacionalista. Tampouco se pode esquecer de que o governo Dutra realizou em 1946-1947 dura repressão anti-comunista, traduzindo-se entre outras coisas pela cassação dos mandatos do PCdoB no Congresso Nacional e nas Assembleias Estaduais. Aparece aqui uma primeira resposta a nossa questão: a supressão do terrorismo de Estado do Estado Novo não significou em absoluto a supressão da repressão anti-operária e anti-comunista, mas deu lugar à coexistência contraditória de liberdades gerais e fundamentais reconhecidas na Constituição e negadas na prática aos trabalhadores ao nível de suas organizações sindicais e políticas. Falar portanto de "democracia brasileira" referindo-se ao período aberto com a queda de Getúlio como o faz F. Weffort, opondo-a à "ditadura" de Vargas é adotar o ponto de vista liberal-burguês da UDN (da UDN daquela época, já que mais tarde ela se tornaria o partido da direita burguesa). A segunda resposta é a formação de um movimento de massa getulista, sobre a base das concessões feitas por Vargas às aspirações mais prementes e imediatas dos trabalhadores urbanos e graças à formação de uma burocracia sindical (controlando igualmente os institutos de previdência e o Ministério do Trabalho) que ligou suas posições e interesses aos do movimento getulista, compondo a chamada "ala fisiológica" do PTB. Temos aqui o aspecto mais significativo do "populismo" enquanto expressão política da influência de um setor das classes dominantes (cujo núcleo mais avançado era o setor da burguesia industrial partidário do desenvolvimento capitalista autônomo e da aliança política com o movimento popular) sobre o movimento popular especialmente a classe operária. O regime constitucional burguês de 1946 não era suficientemente repressivo para neutralizar pelo terror a aspiração à independência sindical. Por isso mesmo a história do sindicalismo de 1946 a 1964 foi marcada por um lento mas progressivo movimento em direção da autonomia organizatória que se intensificou e acelerou nas situações em que a luta política em escala nacional se fez mais intensa e em que o movimento operário nela fez sentir mais decididamente sua presença (1944-1946, 1952-1954, 1961-1964), mas que finalmente foi posto em xeque pelo golpe de Estado reacionário de março-abril 1964. A justa apreciação deste processo complexo é uma condição "sine qua non" à formulação de uma linha política revolucionária e à reorganização, sobre bases novas do movimento comunista do Brasil.

§2- As "organizações paralelas" e regime de 1946.

"A estrutura sindical criada no período do Estado Novo permaneceu a mesma, continuando as associações profissionais dos trabalhadores como instituições ligadas ao Estado e garantidas por ele. Nesse contexto, a ingerência governamental nos assuntos internos dos sindicatos continua sempre possível e, a bem dizer, flutua ao sabor da conjuntura política geral e da orientação dos grupos políticos que controlam a máquina administrativa e o Poder. O imposto sindical, principalmente, elemento essencial para a manutenção do atual aparelho burocrático-administrativo, persiste inalterável através de sucessivos governos. Malgrado as críticas que periodicamente se levantam contra ele, principalmente por parte dos setores políticos tradicionais (grifos nossos, F.A.) nenhum esforço sério

~~para sua abolição tem sido realizado. Tampouco se verificou depois de 1945~~ qualquer tentativa para a ~~reestruturação~~ do sistema sindical brasileiro em seu conjunto, tanto por parte das diversas tendências que pretendem o domínio do movimento sindical -comunistas, trabalhistas, nacionalistas, independentes, católicos- como por parte das camadas superiores, se bem que determinadas facções conservadoras, sobretudo quando estão fora do Poder, reclamem contra a ingerência política do governo nas associações profissionais dos trabalhadores e protestem contra o "sindicalismo artificial", proclamando a necessidade de se instaurar no Brasil um "sindicalismo verdadeiro", mais ou menos segundo modelo norte-americano" (L.M.Rodrigues, ib., p.165) Ainda aqui constatamos no autor que passa pelo principal especialista universitário por questões sindicais em nosso país algumas observações justas entremeadas de simplificações que contradizem inclusive outras observações suas. Em todo caso, estamos aqui no terreno do materialismo -ainda que raras vezes dialético, preferível no entanto à nebulosa dialética do esquerdismo teórico. Com efeito, e o exemplo do imposto sindical é sintomático, de nada serve uma crítica puramente ideológica às limitações históricas da atuação das forças democráticas e socialistas no movimento operário. Em outros termos, não basta constatar que o imposto sindical aprisionava ainda mais o sindicalismo ao Estado posto que fazia depender deste as finanças daquele. A verdade é que num país com baixo nível de sindicalização, onde os setores mais avançados ideologicamente e mais combativos do movimento operário, além da repressão do Estado Novo e da ofensiva varguista visando a consolidar a estrutura sindical imposta pela CLT tiveram de fazer frente às dificuldades que L.M.Rodrigues aponta com justeza quando trata do afluxo às grandes cidades de massas de trabalhadores rurais, a luta pela independência sindical poderia dificilmente começar fora do aparelho sindical oficial. "Aos diretores e líderes sindicais, o apoio financeiro obtido através da arrecadação do imposto sindical permite uma situação cômoda, que não obriga aos sindicatos, para subsistirem, realizar um esforço sério (e de êxito problemático) de arregimentação de parcelas ponderáveis das classes trabalhadoras que permanecem desorganizadas" (L.Rodrigues, ib., pp.165-166). É justamente o caráter "problemático" deste êxito eventual da arregimentação sindical que cabe examinar mais detidamente. Com efeito, é evidente que o financiamento através do Estado desestimula o esforço de arregimentação no que se refere ao problema das cotizações. Se em vez de cotizações voluntárias e livremente consentidas por um militante operário quando ~~adere~~ adere ao sindicato temos um imposto, que como tal é pago obrigatoriamente por todo trabalhador, segue-se que (A) as direções sindicais, em todos os escalões, adquirem um poder material sem relação com a representatividade real de que dispõem, (B) o "peleguismo" é favorecido, (C) consolida-se na prática o princípio de que o sindicato representa não somente os trabalhadores que a ele aderem, mas a categoria profissional no seu conjunto, reforçando-se por isso mesmo o caráter burocrático daquele. Mas só enxergar este aspecto do problema é se ater ao ponto de vista da sociologia positivista, isto é, do materialismo burguês. Do ponto de vista do materialismo dialético a questão é de determinar concretamente a negação do sindicalismo burocrático. Ora, e este é o ponto que nos interessa estabelecer - a negação real não pode consistir na simples afirmação abstrata da necessidade da independência sindical -em nosso exemplo concreto, da necessidade da abolição do imposto sindical, tese que no fundo sempre foi a da direita liberal, como salienta de resto L. Martins Rodrigues- mas deve constituir a formulação de uma política marxista-leninista, isto é, de uma política que seja a um tempo revolucionária e de massas, e que portanto deve partir necessariamente do nível de consciência e de organização das massas. Colocar portanto a questão em termos de "abolição" do sindicalismo de Estado corporatista é colocar o objetivo final sem colocar o processo que a ele conduz. É colocar a questão não em termos de luta de massas mas de verdades livrescas. Tal é a perspectiva a que se atém F.Weffort quando estuda a questão das "organizações paralelas", cuja formação constituiu justamente uma tentativa concreta não de

"abolir" por decreto o sindicalismo de Estado, mas de, tomando como ponto de partida o movimento sindical tal como ele se tornara sob a ditadura Vargas, abrir caminho para sua transformação, para a independência sindical. Neste sentido, colocar no mesmo saco e indiscriminadamente, como o faz L. Rodrigues, "comunistas, trabalhistas, nacionalistas, independentes, católicos" como não tendo realizado "qualquer tentativa para a reestruturação do sistema sindical brasileiro em seu conjunto" (op., p.165), é cometer pelo menos um erro importante de apreciação histórica e colocar em termos puramente "acadêmicos" a questão -infelizmente nada acadêmica- da liberdade para os trabalhadores de se organizarem em vista de defender suas condições de trabalho e de existência. Quaisquer que sejam as críticas a fazer aos militantes operários de orientação revolucionária (comunistas, nacionalistas de esquerda, mais tarde socialistas cristãos) -e elas podem ser muitas- não há que esquecer que quem critica se auto-define pelo ponto de vista pelo qual critica e neste sentido o mínimo que se pode dizer é que a sociologia oficial critica o sindicalismo a partir do ponto de vista do materialismo burgues (L. M. Rodrigues) ou do ponto de vista do intelectualismo abstrato pequeno-burgues (F. Weffort).

Historicamente, a luta pela independência sindical a partir do golpe de outubro 1945, apresenta 3 etapas distintas : (1) a etapa da CTB, (2) a etapa da ação exclusiva no interior do sindicalismo de Estado, (3) a etapa das "organizações paralelas". Não atribuímos a esta "periodização" nenhum valor absoluto. É evidente que se podem distinguir sub-períodos, traços comuns a todos os momentos e etapas e que a noção de "etapa" é empregada num sentido descritivo e não teleológico. Parece-nos igualmente evidente que o golpe militar reacionário e pro-imperialista de 1964 pôs fim ao período histórico aberto pelo golpe militar de 1945, já que estabeleceu uma repressão terrorista permanente contra o movimento operário que ultrapassou em violência, horror e amplitude (na medida em que estas coisas possam ser contabilizadas) inclusive o Estado Novo no seu período mais terrível (de 1937 a 1942). Notemos ainda que se a tentativa de superação dos limites impostos ao sindicalismo pela CLT através das "organizações paralelas" constitui o traço mais importante da política organizatória sindical neste período -e nisso concordamos com F. Weffort ao qual não se pode negar o mérito de ter colocado esta questão no centro do debate sobre a história do sindicalismo brasileiro de 1945 a 1964- seria um grave erro reter somente este aspecto na apreciação do movimento operário, de suas relações com as demais classes e forças da sociedade e de seu papel nas lutas políticas que marcaram o Brasil da queda de Getúlio em 1945 à de Goulart em 1964. As relações entre comunistas e getulistas, a linha política do PCdoB nos anos 1950 (do dogmatismo de "esquerda" ao oportunismo de direita), a evolução do getulismo (direita trabalhista, o centro janguista e a esquerda brizolista) e a problemática do nacionalismo (que compreende tanto a evolução política do nacionalismo burgues quanto a atitude do PCdoB diante do nacionalismo e da "questão nacional" em nosso país) são algumas das múltiplas questões cujo esclarecimento é indispensável à compreensão da luta ideológica no seio do movimento operário e à justa avaliação da política de aliança entre proletariado e burguesia nacional, que orientou a ação do PCdoB -sobretudo quando se tornou o PCB- e que, enquanto aliança entre operários comunistas e operários getulistas constituiu a corrente majoritária no seio do movimento operário do Brasil, sua única contestação importante ao nível da luta de massas tendo sido, já nos últimos anos do regime constitucional de 1946, o brizolismo. Uma última consideração antes de passar ao exame do processo histórico das lutas operárias e sindicais de 1946 a 1964 se refere à justificação das etapas em que o dividimos. (1) chamamos de etapa da CTB (Confederação dos Trabalhadores Brasileiros) aquela que vai até a ilegalidade do PCdoB e da própria CTB em 1947. (2) A etapa seguinte vai até o suicídio de Vargas, isto é, de 1947 a 1954 e corresponde à oposição entre trabalhismo e comunismo. (3) A retomada das lutas de massa em 1952-1953 abre a fase ascendente do movimento operário que em suas linhas gerais irá até o golpe. É neste período que se desenvolve a experiência histórica das "organizações paralelas"

FERNANDO ANDRADE

-continua no próximo número-

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Rolando FRATTI

II - DA "UNIÃO SINDICAL" À "ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA"

Getúlio forma o governo com as forças que haviam sido aglutinadas pela "Aliança Liberal", isto é : burguesia industrial; estancieiros do Rio Grande do Sul; latifundiários e liberais do Nordeste e Minas; "tenentes"; intelectuais, etc.. Esta composição, de estratos das classes exploradoras, tinha entre si as mais variadas reivindicações: os industriais queriam financiamento e leis alfandegárias de proteção à indústria; os estancieiros queriam proteção contra a voracidade dos frigoríficos estrangeiros; os "senhores de engenho" do Nordeste queriam proteção para o Nordeste (leia-se melhor preço para o açúcar); os intelectuais, professores, etc. queriam leis moralizadoras, contra a corrupção e assim por diante. O grupo mais importante e de mais prestígio no governo é o dos "tenentes". São também os mais radicais e que mais buscam contato com o movimento operário e lhes dão apoio na máquina do governo.

O tenente João Alberto foi nomeado interventor em São Paulo. Abre as portas dos "Campos Eliseus" ao povo. Dá audiências públicas a todo mundo. Filas dia e noite para falar com o "tenente" e cada um deles tem uma reivindicação. Todos, sem exceção, tinham que ir para a fila, o que provocou mais de um incidente. O consul da Itália pediu audiência especial, foi mandado para a fila, zangou-se, foi embora, deu entrevista à imprensa e declarou que seu país havia sofrido uma afronta. João Alberto replicou também pela imprensa: "se brasileiro entra na fila porque ele não deve entrar?" "Ele vinha reclamar porque o povo fechou o "Fanfula" eu não iria atender, o povo fez bem, esse jornal mete o nariz onde não devia, disse que nós eramos todos uns "mascalzoni"". Muitos episódios desse tipo se verificaram e a imprensa deu grande ressonância. Era divertido...

Claro que a falta de coesão na equipe do governo federal, agravada pela recessão econômica, desemprego, queda nos salários, montões de gente nas portas das fábricas implorando serviço, ainda que fosse em troca de comida, tinha que levar ao governo ao imobilismo, à inoperância. Ao lado disso, com a liberdade sindical alcançada, cresce a importância do movimento operário. Brotam sindicatos em todos os lados. Só no ramo de Construção surgem : o dos pedreiros; carpinteiros; ceramistas; ladrilheiros; eletricitas; marmoristas; funileiros e encanadores. O mesmo ocorre em outros ramos. É a proliferação da pluralidade e das tendências. São os sindicatos por ofício, herança do anarco-sindicalismo. Em Santo André - hoje ABC - a "Liga Operária" transforma-se em "Sindicato de Ofícios Vários"; era uma fonte de experiências. Em Santos o prestigioso "Sindicato dos Doqueiros", um dos primeiros do Brasil, arrasta e lidera todos os sindicatos da faixa do cais : estivadores, concertadores, conferentes de carga e descarga, carregadores de café, moços de bordo, mestres e contra-mestres, etc. O mesmo verifica-se em Sorocaba, o dos "Texteis" e o poderoso "Sindicato dos Operários e Empregados da Sorocabana", aglutinam tudo. Em Ribeirão Preto a "União Operária e Camponesa" transforma-se no "Sindicato da Construção e dos Camponeses". Nestes municípios era mais fácil organizar a luta. A unidade já existia.

O mesmo não ocorre na Capital. Não há essa particularidade. Fazem-se montanhas de reuniões de todos os tipos, sempre com um objetivo : alcançar um mínimo de unidade para uma plataforma de luta afim de dar ao movimento

sindical mais força face aos patrões e ao governo, já que o imobilismo deste último afetava aos interesses do proletariado : havia decretado algumas leis - 8 horas de jornada de trabalho; férias, seguro contra acidentes, etc. - que não eram cumpridas, ou porque não haviam sido regulamentadas ou por não existir lei de punição aos infratores. A arma que dispunhamos era a greve e esta é difícil de usar quando há milhares de sem-trabalho. Contudo, no interior desse "bolo" vai se delineando um bloco de dirigentes dos sindicatos mais expressivos e de maior tradição que começa a dar corpo a uma posição mais clara. Armando Laidner, secretário geral do "Sindicato dos Trabalhadores e Empregados da Sorocabana", que era o mais forte da época, com 17 mil associados, era um "independente" de esquerda, com muita habilidade política com portas abertas em todas as tendências; Viotti dos bancários; De Fazio, dos gráficos, Giovannini, dos marceneiros; Trevizan, dos tecelões; Bertoni, dos pedreiros; Albertini, da indústria da construção; Falotico, dos comerciários; Bonimani, dos metalúrgicos; Costa, dos condutores de veículos; Gueriere, um socialista italiano, fugitivo do facismo, naturalizado brasileiro, secretários do sindicatos dos trabalhadores da Light. Esse bloco mantém contatos com Santos, Santo André, Sorocaba, Ribeirão Preto e Guanabara onde desenvolve-se um processo idêntico : alcançar um mínimo de unidade para elaborar uma plataforma de luta. Neste trabalho destaca-se Alvaro Ventura, líder dos portuários. Este bloco de dirigentes sindicais adota uma posição frente aos "salafrários" ministerialistas. Eram maioria esmagadora e levavam, por isso, a melhor em qualquer Plenário - as decisões em Plenário eram uma tradição sadia. Entretanto, existiam divergências entre eles mas como a maioria não era venal podia-se dialogar paralelamente, visando conquistá-los para posições justas. O bloco divulga um projeto de programa a ser discutido numa futura plenária : necessidade de organizar-se uma "União Sindical" de âmbito estadual cujo órgão deliberativo seria o Plenário, constituído por um representante de cada sindicato. Este Plenário elegeria uma Comissão Executiva de 5 membros. Com relação à posição diante do governo : "nem incondicionalmente contra, nem incondicionalmente a favor". Exigia-se a regulamentação imediata das leis já decretadas e o cumprimento das promessas contidas no programa da "Aliança Liberal"; exigiam-se novas leis : salário mínimo; salário profissional; proibição de dispensas; colaboração dos sindicatos na fiscalização das leis de proteção ao trabalhador; proteção à mulher e à infância; aposentadoria por velhice e acidente. O ponto que deu mais discussão foi o da posição diante do governo. Esta questão interessou inclusive às camadas não-operárias, como os professores, jornalistas, estudantes, etc. Outros projetos apareceram mas o do bloco foi sempre o ponto de referência, exatamente porque foi o único que abriu discussão sobre a posição face ao governo.

Este processo sofreu uma interrupção de tres meses durante a rebelião da "oligarquia paulista" contra Getúlio, em 1932. Interrupção no terreno da prática, pois a barra ficou pesada, mas as discussões prosseguiram, com novos elementos : apoiar ou ser contra a rebelião dos paulistas? Absolutamente contra! A favor estavam os capitalistas, que não cumpriam as leis trabalhistas, que dispensavam em massa, que baixavam os salários.

Normalizada a situação, com a "vitória" de Getúlio sobre os paulistas (mais adiante nos referiremos a isso) foi convocado um Plenário. Todos os sindicatos foram exortados a mandar um representante devidamente credenciado. Instalou-se numa sexta-feira a noite e terminou num domingo. A proposta do bloco foi aprovada, com pequenas modificações e alguns acréscimos. Assim, por exemplo, Gueriere, que era um grande orador, saudava veementemente o acontecimento mas afirma que nuvens negras ameaçam o movimento operário: prova disso eram as concessões de Getúlio aos aristocratas paulistas e ensaios para organizar um partido facista, com dinheiro do bandido Mussolini. O movimento operário devia prestar atenção a essas

coisas, não podendo limitar-se apenas às suas reivindicações. O discurso foi incluído em Ata para futuras considerações.

A "União Sindical" ficou constituída. É aprovado um regimento interno. Foi registrada em cartório como entidade representativa dos sindicatos do Estado de São Paulo. O textil Hilario Gomes, ministerialista considerado como não venal, foi eleito presidente. A "União Sindical" tornou-se um organismo influente, mantendo estreitos contatos com estudantes, jornalistas, "tenentes", setores do governo e vínculos orgânicos com os sindicatos da Guanabara. Organiza seminários, onde são debatidas não só as leis sociais em curso no Brasil mas também as vigentes em outros países. Desenvolve campanhas visando o fortalecimento dos sindicatos, através da organização de comissões intersindicais nas empresas onde atuam mais de um sindicato, o que deu resultados positivos. Era a continuação de uma tradição anarco-sindicalista que enfraqueceu a posição dos salafrários pois estas Inter adotvam a posição da "União Sindical". Consolida a posição de apoiar e pressionar o governo em função dos interesses diretos ou indiretos dos trabalhadores. Em 1933 um Plenário deu poderes à Comissão Executiva para entabular entendimentos com outras forças, objetivando acabar com as "frescuras" - segundo a expressão utilizada pelo proponente, A. Costa, dos condutores de veículos - do integralismo.

Como se vê, o movimento operário já não luta apenas por suas reivindicações e, por outro lado, luta por manter uma posição de autonomia com relação ao governo, dando uma demonstração de capacidade política. Por exemplo, em fins de 1933 os integralistas marcam uma convenção em São Paulo. Haveria uma cerimônia de abertura na Praça da Sé. Segundo a propaganda, concentrariam ali 20 mil camisas verdes, vindos de todo o país. A maioria das sedes dos sindicatos localizavam-se no edifício Sta Helena - na Praça da Sé - e na rua Quintino Bocaiuva, primeira paralela à mesma praça. Os sindicatos e outras forças decidem não permitir esse ultrage. Exigem que o governo não permita a manifestação em nenhum lugar do Estado. O governo faz ouvidos de mercador. A manifestação é mantida. Os sindicatos fazem agitações, mobilizando abertamente a massa para comparecer e impedir a concentração. A polícia militar bloqueia a Praça da Sé, só deixando entrar as formações uniformizadas dos integralistas. Estes formam-se no largo S. Francisco e pela Quintino Bocaiuva ganham a Praça da Sé. O sindicato dos Gráficos ficava num segundo andar da Quintino Bocaiuva : dali alguém arroja uma lata de tinta vermelha sobre os "galinhas verdes". Os integralistas tentam invadir a sede, forçando a porta ao pé da escada. São centenas que se aglomeram mais os gráficos estavam prevenidos : na parte superior da escada tinham instalado uma metralhadora e fazem um disparo para afugentar os atacantes. A rajada provocou pânico entre os "galinhas verdes". A policia militar perdeu o controle do bloqueio da Praça. O povo invadiu -a e do Sta Helena partiram outros disparos. O pânico foi completo: nunca se viu tanta gente sem camisa. É que os integralistas para não serem identificados jogavam a camisa fora... A sede deles era na Brigadeiro Luiz Antonio, próximo ao viaduto Dna Paulina, um palacete de dois andares. Em frente, do outro lado da rua, havia outro palacete, com grandes árvores. Os camisas verdes mais corajosos foram concentrar-se defronte para ouvir o chefe nacional, Plinio Salgado. Ele aparece na sacada, com todo o estado-maior e começa o discurso. "Brasileiros, o ouro de Moscou acaba de ... não termina a frase pois de uma das árvores em frente parte uma rajada de metralhadora, que faz um risco na sacada! Mais uns centímetros acima e teria mandado todo o estado-maior pro inferno. Acabou-se a festa... Meses depois tentaram desfilar na avenida Paulista e aconteceu o mesmo. Idem em Baurú, onde iriam fazer uma concentração regional mas os ferroviários da Noroeste e da Paulista decidiram que não, o pau comeu e nada feito... Nos acontecimentos da praça da Sé perdemos quatro companheiros. O lider estudantil Decio de Oliveira foi atingido por uma dum-dum no pes-

coço; eles atiravam para matar, eu estava a meio metro do companheiro.

Relato estes fatos para demonstrar como sabíamos utilizar todas as formas de luta. O concreto é que os integralistas não inventaram mais passadas em nenhuma cidade de São Paulo. Passaram para atos em recintos fechados. Nesses casos marcávamos comícios na vizinhança, na mesma hora. Esta forma foi muito utilizada em Santo André, Santos, Ribeirão Preto, etc., ademais da Capital. Forma válida, pois os facistas falavam para as paredes e em geral suspendiam o ato. Esta forma de luta foi muito empregada pela "Aliança Nacional Libertadora".

Mas a crise econômica, apesar de menos forte do que no triênio 1929-1931, ainda se fazia sentir. Getúlio, através de seu principal propagandista, o general Gois Monteiro, continuava fazendo discursos "promessas". Promete solução para todos, para todas as reivindicações e para todas as classes e camadas, principalmente ao movimento operário, que na verdade é o mais combativo e organizado. Nesta altura, a União Sindical de São Paulo tem estreitos vínculos com os principais municípios do Estado - Santos, Santo André, Sorocaba, Ribeirão Preto e Baurú - e com um organismo unitário surgido na Guanabara. Há uma política de sincronização das formas de pressão sobre o governo que, por sua vez, desenvolve uma política no sentido de instrumentalizar o movimento operário, buscando seu apoio para enfranquecer as correntes que lhe são antagônicas. Mas, diante das reivindicações concretas, concilia com as forças "produtoras". Além disso, é bom não esquecer que nossos interlocutores no governo eram os "tenentes", os quais continuavam sendo seu setor radical. Os sindicatos também tinham muito acesso a uma série de jornais. Surge um jornal, "Tribuna Popular", se não me engano, dirigido por Pedro Mota Lima, que pelo seu conteúdo e orientação tinha muita circulação no meio operário. Foi fechado em 1935, sob a acusação de ser do Partido Comunista.

Mas o governo Getúlio continuava embananado e politicamente esvaziando-se, mormente depois da esmagada "Revolução pela Reconstitucionalização" desencadeada pela aristocracia do café, de São Paulo. A luta durou tres meses e terminou numa conciliação. Getúlio cria o "Departamento Nacional do Café"; financia a produção; compra o estoque de café (22 milhões de sacas) que é queimado ou jogado no mar; concede moratória aos devedores do Banco do Brasil; cria o "Instituto do Alcool e do Açúcar", dá a presidência a um nordestino, os quais estabelecem o preço para o mercado interno segundo os custos de produção do Nordeste que são mais altos que os do Sul (e isto, evidentemente, interessa aos paulistas). Soluciona assim toda uma série de divergências, pensando reforçar o seu governo. Ademais, aceita um interventor em São Paulo do agrado dos paulistas. Marca a convocação de uma Assembléia Constituinte para 1934. Nesta, Getúlio é eleito presidente (no mesmo período são eleitos os governadores estaduais). Esta eleição também foi marcada por mais uma rasteira dada por Getúlio no movimento operário. Ele prometera que, para assegurar uma representação proporcional de todas as classes, os operários elegeriam, através dos sindicatos, delegados eleitores que num congresso nacional, por sua vez, elegeriam proporcionalmente um número de deputados. Acontece que uma vez reunidos os delegados eleitores aparece um regimento, encaminhado pela presidência da República, que impõe que a proporção dever à base do número de operários sindicalizados... Ora, o quorum caiu mais de 80%! Houve muita luta tentando rejeitar o regimento, inclusive uma proposta de não participarmos da farça. Mas nada deu certo pois Getúlio tinha maioria. Elegemos Hilario Gomes, Romeu Fiori, Alvaro Ventura e outros que não me lembro. Nos pegaram de "calça curta" e nos deram uma rasteira de mestre... É indiscutível que Getúlio pretendia uma forte bancada operária para contrapor-se ao velho latifúndio e outras forças pro-imperialistas que iriam eleger, como de fato elegeram, a maioria esmagadora. Fizeram uma Constituição i-

naceitável para gregos e troianos que congelava todas as iniciativas, projetos, etc. que ferissem, no mínimo que fosse, seus interesses. Getúlio, ao fechar o Congresso com o golpe de 1937, acusou-o de sabotar todos os projetos favoráveis às "classes menos favorecidas". Mas o regimento escamoteador veio da secretaria da presidência. Por que Getúlio não o vetou? Seria por temer a presença comunista no movimento operário? Aqui há uma particularidade importante, que convém assinalar. Lembro-me que participei de uma reunião ampliada da Comissão Executiva da União Sindical para fazer um balanço da vitoriosa greve da Conac, hoje Pirelli. Foi uma greve contra a ameaça da empresa de botar na rua 300 operários. O governo foi obrigado a intervir e fazer um empréstimo à empresa afim que esta não concretizasse as dispensas. Estava presente um companheiro vindo da Guanabara, Pan, o qual valorizou a conduta da União Sindical de apoiar, pressionando, o governo. Afirmou também que as posições negativas, como classe contra classe e outras, não levavam a nada. Anos depois fiquei sabendo que Pan era da Seção Sindical do Comitê Central do Partido Comunista. Isso indica, como logo depois o programa da "Aliança Nacional Libertadora" confirmou, que o PC estava abandonando a linha de classe contra classe. Foi muito tardia esta mudança da linha da Internacional Comunista. Esta tinha sofrido várias derrotas: no Brasil, em 1930, com o "Bloco Operário-Campones" e a não inserção no processo de lutas de massa iniciado em 1928; em Cuba em 1933, com a decretação da greve geral e eleição de "soviets" em várias centrais açucareiras, ao invés de buscar aliança com as forças da pequena-burguesia cubana em ascensão, sobre a base de uma estratégia nacional libertadora, o que levou ao esmagamento impiedoso das duas posições. Entretanto, é bom assinalar que o PC ainda estava longe de uma coesão. Os resíduos da velha posição "obreirista" ainda estavam presentes, embora se manifestassem de outra forma, como veremos em acontecimentos futuros.

Getúlio, depois da capitulação de 1932 que reforçou as velhas "oligarquias", continuou fazendo esforços para instrumentalizar o movimento sindical. Por ocasião da comemoração de qualquer data histórica, assinatura de qualquer lei ou simples portaria que dissesse respeito aos trabalhadores, fazia questão da presença destes e o Ministério do Trabalho custeava à centenas de delegações operárias para se concentrarem na Guanabara. Esses encontros eram utilizados pelas lideranças para consolidar e fazer avançar os laços intersindicais, em torno de sempre novas reivindicações: denunciar o não cumprimento das leis; a inoperância dos órgãos ministeriais de fiscalização, etc.. Havia liberdade e sabíamos usá-la. A habilidade e os recursos de Getúlio nunca foram suficientes para domesticar os sindicatos.

Nesse ambiente de esvaziamento político do governo, em ato público na Guanabara, é lançada a "Aliança Nacional Libertadora". "Pão, Terra e Liberdade" é o seu lema. Seu programa coloca e fundamenta a necessidade de uma reforma agrária radical; medidas drásticas contra o imperialismo yanque; inclui todas as reivindicações operárias e reclama uma Constituição e uma forma de governo capaz de levar a efeito tal programa. Getúlio, convidado, mandou representante no ato de constituição. O comandante Hercolino Cascardo foi eleito presidente. O Diretório Nacional foi formado por intelectuais de renome no país, dentre eles alguns dirigentes sindicais. Logo depois, Prestes - no exílio - foi eleito presidente de honra. A seguir se instalam diretórios estaduais nos principais Estados do país.

Em S.P., uma vez instalado o Diretório Estadual, a ANL vira bola de neve, o mesmo ocorrendo em outros estados. Brotam como cogumelos Diretórios locais, grêmios de fábrica, de bairro, etc. "Contra o fascismo, pelas reivindicações operárias! Pela independência nacional! Pela reforma agrária!" são as consignas principais. Os "tenentes" são a progressão da ANL

dentro do governo. Participam de todas as promoções da ANL: passeatas, comícios, conferências. João Cabanas e outros abandonam o exílio voluntário na Argentina (Getúlio em 1930 decretou a anistia geral mas muitos da coluna não a aceitaram) e atiram-se de corpo e alma nos trabalhos da ANL. A presença da pequena-burguesia, estudantes, jornalistas, intelectuais, profissionais liberais, pequenos industriais e negociantes, é bastante grande, constituído mesmo a maioria nos órgãos dirigentes da ANL. Nestes, é mínima a participação de dirigentes sindicais o que se explica pelo fato do trabalho sindical ser muito absorvente desde que a retomada do desenvolvimento econômico aumenta o número de greves por maior salário; pelo cumprimento das leis trabalhistas, etc., etc.

Mas a ANL é uma força urbana e embora tenha a Reforma Agrária no programa o campones pobre, o sitiante, o arrendatário, o parceiro e outras camadas estão ausentes da luta. Ao invés deles o proletariado tem como aliado a pequena-burguesia urbana. É pouco provável que a tentativa de insurreição armada de 1935 tenha impedido de se chegar a essa aliança de classe. Isto porque com o desenvolvimento capitalista tem início também o grande êxodo do campo para a cidade. É a fuga da opressão e da miséria do latifúndio. A migração interna é uma tradição no campo brasileiro; agora os camponeses vem aos milhares engrossar as fileiras do proletariado. Este fator objetivo foi um dos pontos débeis da ANL. A outra debilidade que resta a investigar está na questão de se saber contra quem a luta era dirigida. Seu programa era anti-imperialista e anti-latifúndio, mas esta é uma questão teórica, abstrata. No concreto, tanto o latifúndio quanto as empresas imperialistas eram parte integrante do Estado Brasileiro e o presidente deste Estado era Getúlio e o seu governo, em consequência, a luta tinha de ser contra Getúlio ou então de pressão no sentido de ganhá-lo para as suas posições e alterar a estrutura e o caráter do Estado Brasileiro. Este problema nunca ficou claro. Talvez a curta existência da ANL - menos de dois anos - tenha impedido a solução dessa importante questão.

A presença do PC era bastante sentida no interior das organizações da ANL, particularmente no setor operário. Era um pequeno partido, principalmente pelo seu critério de recrutamento - ainda não estávamos na moda dos partidos de massa. Só recrutava elementos portadores de experiência no trabalho político e com militância no trabalho de massa e que demonstrassem qualidades para ser do partido. Assim, quem ingressava dava ao partido sua experiência no trabalho de massas e recebia deste a educação teórica. Eu e muitos que conheci perambulamos durante anos nas organizações periféricas. Penso que essa fase foi a que o partido melhor aplicou o princípio leninista de organização: "Núcleo e Periferia", isto é, um partido de homens experimentados, mergulhado nas organizações de massa. Apesar de que outras correntes políticas atuassem no seio da ANL a direção política era do PC, exatamente porque era o portador de mais experiência e capacidade política. Além do mais, as massas eram orientadas pela "Tribuna Popular", jornal legal de massas e "Classe Operária", órgão oficial do PC que, apesar de clandestino podia ser encontrado, a partir de 1933, em certas bancas de jornais, além da distribuição clandestina.

Foi nesta situação que teve lugar o levante de 1935 do qual partiremos no próximo estudo.

ROLANDO FRATTI

Direitos individuais, autoritarismo e marginalização

JOVINIANO SOARES DE CARVALHO NETO

Posto a interrogatório

O monstro nada dizia

Começaram lhe arrancar

as unhas com tirania

cada unha era um crime

que o monstro descobria.

Até aí já três unhas

alguém lhe tinha arrancado

mais outra unha, outro crime

pelo mesmo relatado

assim foram vinte unhas

e vinte crimes confessados.¹

O grande problema da

liberdade no Brasil não

é o da liberdade política,

como há cem anos temos

vivido a pensar, e sim o

da liberdade civil.²

1. MANOEL CAMILO DOS SANTOS, *Um Beato Pis'cleiro ou o Aleijado da Cruz*, A Estrela da Poesia, Guarabira (Paraíba).

2. OLIVEIRA VIANA, *Problemas de Política Objetiva*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1930, p. 79.

1 — A ATUALIDADE DO PROBLEMA

O problema dos direitos individuais está no cerne mesmo das atuais discussões sobre "institucionalização" do regime e "descompressão".

A Ordem dos Advogados do Brasil reuniu, no Rio, 700 advogados para discutir o tema "O Advogado e os Direitos Humanos"; a igreja tem, em seus contatos com o estado, colocado como o obstáculo maior a um entendimento o problema do (des)respeito aos direitos humanos. Isto sem contar que, no Exterior, a imagem do "modelo brasileiro" continua associada à das limitações aos direitos humanos. No Exterior associaram-se dois fatos, o funcionamento dos Esquadrões da Morte e os maltratos aos presos políticos, considerados como decorrência e, mais do que isto, iniciativas do sistema governamental no Brasil.

Esta associação não pode, para nós brasileiros, ser tranquilamente feita.

3. Alguns dos seus membros saudaram o novo governo expressamente como uma esperança no assunto. As palavras de D. Evaristo Ains, Arcebispo de S. Paulo, conhecido as torturas, tão abertamente quanto intoleráveis e ineficazes; que se terminem a polícia paralela que prende sem mandatos de prisão e não observa as próprias leis da Revolução; que se introduza quanto antes, o "habes corpus"; que se airose a censura desenvolvimento econômico, e haja mais participação do povo em tudo o que é dele". (Sedoc, vol. 6, junho 1974).

4. O fato de terem os Esquadrões da Morte ganho notoriedade no período pós-revolucionário contribuiu, sem dúvida para a confusão. Confusão que alguns membros do Esquadrão da Morte procuraram usar como defesa apresentando-se como defensores da ordem e da revolução e denunciando seus acusadores como subversivos. O delegado Fleury (responsável pela morte do líder comunista Carlos Marighella), procurou acusar o pai, testemunha do processo do assassinato de Piragibe Marinho, de ligações com subversivos ("Fleury acusa testemunha contra o Esquadrão de ser subversivo", *Tribuna da Bahia*, 21-8-71, p. 5). O agente Angelino Militerno ("Ruginho") procurou desqualificar o testemunho de outro pai, o canadense Geraldo Manceloll, afirmando, no processo pela morte de "Nego Sete", que o mesmo "era discípulo de D. Heider Câmara Esquadrão", in *O Globo*, 10-12-70, p. 26).

5. "Na madrugada do dia 17, dois menores que dormiam em um barraco abandonado da rua das Rosas em Vila de Cava, foram colocados contra a parede e mortos.

o "modelo" como o único responsável pelas violências e arbitrariedades políticas, torna mais complexo e mais dramático o problema. Assim, a sua compreensão exige mais do que a análise das restrições jurídicas aos direitos individuais presentes nas últimas Constituições e no Ato Institucional n.º 5, mais do que a análise das condições

2 — AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA POLICIAL — O COMPORTAMENTO DO BRASILEIRO

É parte da ideologia dominante no Brasil a crença no *pacifismo* e na cordialidade do brasileiro. Questionando-a poderíamos argumentar, teoricamente, lembrando a *dose de autoritarismo provável em uma sociedade subdesenvolvida*, na qual é grande a distância entre as classes dirigentes — descendentes dos senhores ou imigrantes brancos — e as classes dirigidas —

boa parte das quais descendentes dos escravos. A análise histórico-estrutural permitiria realçar toda uma linha de dependência e/ou autoritarismo que permeia a história do Brasil não só nas suas relações com o exterior como também nas relações entre as classes dirigentes e dirigidas. Relembremos, certamente, a colonização feita com a caça ao índio, às suas mulheres e às suas terras; a economia exportadora montada sob o signo do escravismo e do monopólio da Coroa que dava terras e poder; a divisão inicial das terras entre senhores de "barraço e cutelo"

com 64 baías de metralhadora disparadas em suas costas. O requintado fuzilamento teve quatro testemunhas e, pelo menos segundo duas delas (...), seus autores foram policiais (...). A divulgação do fato pelos jornais não teve sequer destaque, mas pelo menos um leitor atento chegou a se impressionar com a selvageria do atentado (...). O Presidente Ernesto Geisel mobilizou imediatamente o Ministro da Justiça, Armando Falcão, para a tomada de medidas urgentes e energéticas" ("Leitor atento", in *Veja*, 26-8-74, p. 27).

políticas que fundamentaram e fundamentam a implementação e manutenção de tais restrições. Deve-se aprofundar a questão e analisar a posição real da sociedade brasileira sobre o autoritarismo e a violência. É por este elemento do problema — o mais esquecido — que vamos iniciar a nossa análise.

que exerciam a sua autoridade sobre famílias, agregados e escravos, os quais moravam em suas terras e lhe deviam obediência e lealdade pessoal; a divisão, após a independência, do poder entre a administração central, as oligarquias estaduais e os "coronéis" municipais, que vigorou até 1930; as limitações à organização e reivindicações operárias, consideradas até 1930 como "questão de polícia" e, depois, canalizadas e contidas em um aparelho estruturado pelo estado. O próprio desenvolvimento sócio-econômico ocorreu após 1930 pode ser visto como a concessão de determinados privilégios a setores e classes mais amplos, mas sem questionar o direito à existência do privilégio em si. O desenvolvimento por substituição de importações atendeu inicialmente as classes já consumidoras e, à medida do próprio processo de urbanização e industrialização, alargou as fronteiras do mercado (e da participação política) mas mar-

teve a marginalização de vastos setores da população. Os setores marginalizados, do mesmo modo que os recentes e deficientemente integrados aos níveis mais baixos do sistema econômico e político, estão mais fortemente subordinados ao poder, às vezes autoritário, às vezes paternalista, mas sempre com grande dose de arbítrio, das chefias tradicionais rurais e/ou do aparelho policial.⁶ Para estes setores, o direito existente nem sempre vigora para proteger suas terras da expansão do gado, e das cercas dos grandes fazendeiros; para proteger suas casas da "invasão" dos tratores e caçambas das prefeituras; para garantir sua liberdade contra prisões para averiguações. Não seria o ditado "manda quem pode" resposta realista dos "fracos" ou pobres ao "você sabe com quem está falando"? Na verdade, quando se fala em aceitação do autoritarismo não se quer dizer que, lhe sendo dada uma oportunidade real de escolha, o povo optaria pelo autoritarismo e violência de que é vítima. O que se quer dizer é que o autoritarismo e a violência são parte da experiência e do mundo quotidiano de grande parte da população e que não lhe foi permitido perceber a existência de outros modos de fazer as coisas, de resolver determinados problemas.

É esta aceitação do autoritarismo e da violência que pretendemos analisar neste item. Para introduzir a questão nada melhor do que a opinião de Luís

Martins sobre os motivos pelos quais não se desenvolveu o romance policial no Brasil.

Para que haja interesse dramático numa novela policial é necessário que exista, no mínimo além do imprevisto crime misterioso, uma coleção mais ou menos sortida de suspeitos sem culpa formada, sobre os quais nenhuma acusação se poderia formular. Em consequência continuam soltos, atirapalhando o mais possível que podem a agêdo da polícia. O detetive seguirá pistas falsas, emburricular-se-á, cairá em armadilhas habilmente urdidas. Até que, ao cabo de duzentas e cinqüenta páginas, a agêdo se esgota, os recursos dos criminosos esgotam-se, as facilidades inventivas do autor também se esgotam, a nervosa expectativa do leitor já se acha quase esgotada — e então o mistério é esclarecido e o romance acaba.

Mas, no Brasil, as coisas não se passariam assim. Se o romancista não quisesse fazer obra inteiramente falsa, sem qualquer probabilidade de convencer o leitor, deveria criar sua hipótese dramática de acordo com o que, de fato, aconteceria no caso de um crime real: a polícia começaria prendendo todos os suspeitos. E o romance acabaria na terceira página. Haveria, quando muito, uma trágica descrição de espumante

mentos, interrogatórios, torturas e notícias berrantes nos jornais de escândalos.

Para o autor, a novela policial só pode se desenvolver em países cujas instituições políticas e jurídicas se baseiam em normas essencialmente democráticas, isto é, "em que haja um verdadeiro respeito pela pessoa humana," e onde se considera o suspeito um possível inocente e não "como é hábito entre nós, um criminoso potencial".

Na verdade, no "pacífico" brasileiro, a crença no pacifismo e na cordialidade convive com a aceitação ou tolerância ante arbitrariedades e violências. Invasões de domicílio, prisões sem ordem judicial e sem flagrantes para "averiguações", a obtenção de confissões por espancamento, a exigência de que o suspeito prove que é inocente (inversão do "ônus" da prova) não são exatamente novidade nos procedimentos policiais brasileiros. O problema não é apenas que eles ocorram, mas o grau em que são considerados pela sociedade como o modo adequado de tratar com os "marginais" e a criminalidade.

2.1 — A aceitação das arbitrariedades: o poder de (da) polícia e o "habeas corpus"

A polícia nunca escondeu, ao contrário divulga, as "limpezas periódicas que, geralmente, próximo às festas populares e solenidades, realiza prendendo "conhecidos" ladrões e delinquentes. Muitos dos presos alegam que estas prisões, para evitar que eles façam alguma coisa e quando não estão fazendo nada, impedem sua regeneração." Ponderações deste tipo nunca deveriam, ao que sabemos, a realização das operações "arrastão". Na verdade, de quando em vez há reações e protestos pelos jornais contra excessos praticados nestas operações contra pessoas decentes e trabalhadores, mas é raro o questionamento do direito da polícia realizá-las.

A polícia tem como assente o direito de prender para averiguações que seria dito, inclusive por autoridades — com "poder da polícia".⁷ Autoridade normativa, por exemplo, depois de confirmar que a suspeita (posteriormente li-

7. Luís MARTINS, *Obras Primas do Conto Policial*, São Paulo, Liv. Martins Editora, 1964, pp. 89.

8. "Indiferentes aos apelos de D. Maria, para que soltassem seu filho, um inocente, os policiais (...) baseavam-se somente em um fato: Ruy já estivera preso na Colônia de Pedra Preta e portanto era um marginal. Para lá deveria retornar" ("Polícia não sabe separar os marginais dos inocentes", *A Tarde*, 28-3-72). "Uma pessoa tem entrada aqui, mas muitas vezes já está trabalhando quando vocês aparecem e levam o cara preso sem estar fazendo nada, somente porque já o viram alguma vez" ("Joel busca a recuperação, mas polícia busca ele", *Tribuna da Bahia*, 10-6-72, p. 8).

9. "Com homens do Sétimo Batalhão da Polícia Militar, armados de fuzis, revólveres, cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo, cachorros e até metralhadoras, conseguiram transformar o centro da cidade (...) numa pequena praça de guerra, efetuando invasões de residências, quebrando móveis e espancando gente honesta sob alegação de que tinham a Operação Arrastão. Protestando contra os excessos, o jornal não argui a ilegalidade da operação; os próprios moradores, não pensando em processo, liberam um apêlo assinado para encaminhar ao Comando da Polícia Militar" ("Polícia Militar promove espetáculo de barbuidade", *Jornal da Bahia*, 27-4-74, p. 6).

10. O Poder de Polícia, manifestação do poder público enquanto poder de governo e coordenação, expressa-se através da regulamentação do exercício da liberdade.

berada) continuaria detida para averiguações, afirma que se é direito do advogado requerer 'habeas corpus' para ela, "cabe à Secretaria de Segurança Pública, usar no momento conveniente o Poder de Polícia, como ocorreu no caso de (...) detida na hora oportuna para averiguações".¹¹

Se o direito de prender para "averiguações", inexistente na legislação brasileira, é dado como assente, a solicitação de habeas corpus é, por muitos, considerada como um entrave ao trabalho da polícia, e, inclusive, um modo de, soltando os marginais, ameaçar a sociedade. Boa parte da população não tem consciência de que o habeas corpus só é concedido para soltar pessoas presas ilegalmente. A reação ao habeas corpus e às garantias da liberdade que ele representa não só parte da polícia mais ou menos representativa, mas da opinião pública.

Compreendesse, assim, que o governador da Bahia (gestão 70/74), político que militara durante anos na legenda da UDN — a mais identificada com a mentalidade da classe média — protestasse publicamente contra o judiciário

pelo excesso de habeas corpus concedidos.¹² Entende-se que jornais, ecoando a opinião da polícia, protestem contra a "indústria" de habeas corpus. "Verdadeira chuva de habeas corpus tem chegado ultimamente à Delegacia de Furtos e Roubos, em favor de diversos gatunos, muitos dos quais estavam recolhidos à Colônia de Pedra Preta, por assaltos e furtos de várias modalidades, roubando a tranquilidade dos habitantes de Salvador, durante o Carnaval". E prossegue: "Como sempre ocorreu nos anos anteriores, depois, nos dias que antecedem o carnaval, efetuam uma limpeza na cidade prendendo os gatunos tidos como velhos conhecidos no intuito de zelar pela tranquilidade dos foliões. Baldados, porém, têm sido os esforços dos policiais, pois este ano, os gatunos estão sendo liberados em massa através de habeas corpus".¹³ A época os pedidos de "habeas corpus" foram atribuídos a uma quadrilha, resultando em uma ação policial com várias prisões. Retiramos de outro jornal, a continuação do caso. Afirmava o matutino que uma das envolvidas estava recolhida ao

Pode ser preventivo quando se regulamentar o uso de determinada liberdade (ex. normas de trânsito) ou repressivo quando reprime abuso de liberdade. Não deve impedir o efetivo funcionamento da liberdade.

11. "Advogado pede habeas corpus e Denny continua presa ilegalmente", in *Jornal da Bahia*, 15-8-74, p. 8.

12. Cosme de Farias, então deputado estadual pelo MDB, do alto dos seus 97 anos em maioria dedicados à advocacia gratuita, respondeu certamente: "O direito não distingue classes nem castas; todos são iguais perante a lei. Ninguém é criminoso se a lei não o define como tal e a Justiça o condena pelo crime cometido (...) Exigir-se que a Justiça condene sob impactos emocionais sem provas e sem processo é querer o arbítrio como norma jurídica e a violência como fundamento legal". Referindo-se à acusação do governador de que enquanto o Executivo anda a 100 km, o moroso Judiciário o faz a 10, definiu-se: "prefiro ficar com a Justiça a 10 km, do que com o arbítrio e a violência a 100" ("Cosme defende o Judiciário dos ataques do Governador", in *Jornal da Bahia*, 20-11-71, p. 1). O velho advogado, eleito pelas zonas marginais de Salvador, ao parafrasear as teses da Revolução Francesa representativa o pensamento da opinião pública?

13. "Marginais ficam em liberdade", *A Tarde*, 8-2-72, p. 20.

xadrez da Polícia Feminina sob acusação de chefiar uma verdadeira indústria de 'habeas corpus' que vinha dificultando a ação policial no sentido de conter os furtos e roubos, que no interrogatório ela apontara um oficial de justiça e um investigador como "cúmplices" e que "com o Secretário de Segurança estão os nomes de advogados e rúblicas que faziam parte do staff".¹⁴ Juridicamente o pedido de 'habeas corpus' é um direito passível de ser exercitado por qualquer cidadão (não necessita da intervenção de advogado ou de fórmula específica) em benefício próprio ou de outro e contra prisão ilegal efetivada ou iminente. Socialmente pode ser, assim, considerado no Brasil?

A controvérsia sobre o "habeas corpus" às vésperas do seu 3.º centenário é atual no Brasil. Só assim se justifica que um jornal dedique página inteira ao seu "julgamento", com, inclusive, chamada e pergunta na primeira página: "Você está com a polícia ou com o habeas corpus?" No texto, depois de um pequeno caso, exemplo de prisão para "averiguações" e libertação por "habeas corpus", coloca

o problema: "fatos como este se repetem diariamente. A polícia reclama do número de 'habeas corpus' impetrados pelos advogados e concedidos pelos juizes. Os advogados se defendem alegando que estão exercendo seus direitos profissionais. Os juizes afirmam que não podem negar o 'habeas corpus' quando a prisão é ilegal. A polícia diz

14. "Morena, a da Indústria de 'Habeas', foi presa ontem", *Jornal da Bahia*, 11-2-72, p. 8.

15. O "habeas corpus" foi promulgado, na Inglaterra, em 1679.

16. "O habeas corpus está sendo julgado", in *Tribuna da Bahia*, 22-11-1971, p. 16.

17. "Delegado valentão espanca preso e ofende jornalista", in *Jornal da Bahia*, 20-4-1974, p. 6.

que não pode averiguar os fatos sem prender o possível marginal. O assunto virou polêmica. O Poder Judiciário e o Executivo tentam a todo custo chegar a uma conclusão depois de muitas discussões".¹⁵

Este problema tem tido uma solução instável e kafkiana: na Bahia como em vários estados do Brasil, constrói-se e mantém-se "prisões" para os presos ilegalmente. Na Bahia, por exemplo, o condenado vai para a Penitenciária, o pronunciado com prisão preventiva decretada espera julgamento na Casa de Detenção e os que são presos para "averiguações" são enviados para a Colônia Correcional de Pedra Preta até que o delegado se lembre de soltá-los ou seja impetrado em seu favor um "habeas corpus".

2.2 — A aceitação da violência contra os marginais

A aceitação da arbitrariedade completa-se, geralmente, com a aceitação da eficácia da violência, como meio de conter a criminalidade, descobrindo e punindo os criminosos.

Esta aceitação encontra-se em muitas declarações de policiais, desde "explorações" como a do delegado que afirma que "marginal comigo apanha mesmo, na vista de quem quer que for", até os que estruturam justificativas mais elaboradas. Como Waldo Fraga, então delegado em Niterói: "Eles são muito duros. O criminoso é gente muito re-

ceosa de passar por dede-duro, ter de enfrentar os amigos depois, entende? Por isso é preciso muito pau em cima deles".¹⁸ Ou como o delegado Eides Mesquita de Porto Alegre que escreveu que "o uso de tais métodos deverá um dia ser abolido, quando se puder fazer de fato a coação psicológica através de sistemas eminentemente científicos. O que se condena é a *dosagem* em excesso dessa violência" (grifos do legado).¹⁹

O Secretário de Segurança do atual governo paulista foi mais veemente. "Bandido não se recupera. Só acarreta problemas, tanto para a sociedade, a Justiça e ainda mais para nós, policiais. Para colocarmos um freio nessa onda de crimes, temos de agir com mais rigor. Na minha opinião, somente a pena de morte, que já existe no direito brasileiro, resolveria o problema. A punição deveria se estender aos crimes comuns e não ficar restrita às ocorrências contra a segurança nacional (...). A minha solução é fácil. Uma corda resolveria o seu problema e o da sociedade, e ninguém sentiria por isso".²⁰ Este tipo de pensamento ajuda a explicar porque tem sido tão difícil para muitos policiais a aceitação dos julgamentos e condenações de membros do "Esquadrão".

Tal tipo de visão é também comparilhado por grande parte da opinião pública.

18. "Torturas", in *Veja*, 66, 10-12-1969, p. 20.

19. *Ibid.*, p. 21.

20. "Irrecuperáveis", in *Veja*, 14-11-1973, p. 14.

21. Vide a respeito "Assassino ao volante", in *Veja*, 26-3-73, p. 28 e "Apelo à violência reduz os candidatos ao CUE", in *O Globo*, 26-3-73, p. 15.

22. "Sodré nega a existência do Esquadrão da Morte", in *O Globo*, 10-12-70, p. 23.

23. Para referência, em 1971, no Grande Rio, com 6 milhões de habitantes, houve 573 homicídios, na Grã-Bretanha, com 55 milhões, houve 148.

pública. A respeito, a melhor fonte encontrada nos parece a análise dos resultados da pesquisa que a MARPLAN fez, em julho de 1970, no Rio e em São Paulo para a *Veja*, procurando medir a posição das suas populações quanto ao Esquadrão da Morte, no momento mesmo em que se desenvolvia a repressão contra estas organizações.²⁴

QUADRO 1

RIO E SAO PAULO — POSIÇÃO ANTE ESQUADRÃO DA MORTE

JULHO DE 1970

(Percentuais)

POSIÇÃO E MOTIVOS	S. Paulo	Rio	Geral*
A FAVOR	60	33	46
Elementos eliminados são irrecuperáveis	49	53	51
Os meios da Justiça não bastam para impedir o crime	38	33	36
É eficiente no combate ao crime	13	14	13
CONTRA	40	67	54
O julgamento pela Justiça é mais indicado	64	60	62
Não se deve fazer justiça pelas próprias mãos	25	22	23
É bárbaro, anti-humano	8	11	10
Eles estão agindo por vingança	3	7	5

FONTE: Pesquisa MARPLAN in *Veja*, 99, 29-7-70.

* Mesmo número de entrevistados para Rio e S. Paulo: não houve ponderação por tamanho de cidade.

24. "Justiça é feita, o crime em nome da lei será punido", in *Veja*, 99, 29-7-70, p. 30.

25. É interessante lembrar que na língua portuguesa *justifcetro* equivale "aquele que executa severamente a lei e que *justificar* equivale a "punir com a morte em execução de sentença".

De início, o brasileiro participa e deseja participar do mundo e da ideologia democrática ocidental. Já Lambert assinalava esta contradição entre ideologia democrática e estruturas sociais aristocráticas e hierarquizadas, sublinhando que o surpreendente na América Latina não era a frequência das "interrupções" no processo democrático, mas a persistência dos latino-americanos em implantarem instituições democráticas.²⁶ Em termos institucionais esta conciliação fez-se pela adoção de democracias restritas da qual eram (ou são) excluídos grandes setores da população. Em termos de exercício dos direitos individuais a compatibilização entre direitos legalmente previstos e uma estrutura e psicologia social autoritária fazia-se com o que na verdade eram duas justizações, ou dois modos de aplicar a lei, tolerando-se mais autoritarismo no relacionamento com as classes baixas e reservando-se o uso dos direitos e garantias para as classes superiores à média, para aqueles que, na grifa policial, têm a "pele fina". Millor Fernandes, com a aguda percepção do humorista, ilumina bem a questão: "ser pobre não é crime, mas ajuda prá burro a chegar lá".²⁷

Pode-se, assim, afirmar que, para vastos setores das classes médias e altas, a arbitrariedade e a violência eram e são vistas como modo de tratar marginais especialmente das classes baixas. O conceito de marginal confundiu-se muitas vezes, aliás, com o de pobre —

que os digam os vendedores ambulantes das cidades ou os trabalhadores agrícolas de várias áreas do interior. Para muitos marginais urbanos, ainda que caricata, tem pleno sentido uma frase como "juiz de pobre é delegado, prisão de pobre é Pedra Branca".

As restrições inseridas nas constituições recentes e nas leis de Segurança e Imprensa contra a liberdade de pensamento e oposição e os exageros, admitidos por membros dos próprios governos, que aqui e ali se fazem contra presos políticos, fazem reagir as classes médias e setores urbanos que se sentem ameaçados e já se haviam acostumado a gozar de determinados direitos civis e a participar da política e das decisões. É por isso que se veicula pelos jornais e pelos analistas políticos que o problema dos direitos individuais é uma bandeira típica das classes médias e que o que realmente motiva as classes baixas são argumentos salariais e de custo de vida. Ainda que se deva adicionar outros fatores à explicação desta situação, um deles deverá ser que a classe baixa já estaria condicionada a aceitar como normal um grau relativamente alto de arbítrio e violências.²⁸ A "descoberta" e o exercício de direitos já formalmente garantidos, no Brasil ou em países mais desenvolvidos, pode ter, assim, grande poder mobilizador e aparecer como séria ameaça. As Ligas Camponesas, percebidas como a mais radical ameaça à estrutura social do velho Nordeste agrário-açucareiro,

organizaram-se dentro da lei que permitia o direito de associação e lutaram contra os fazendeiros apelando para processos judiciais e legais. É o próprio Francisco Julião quem lembra que as ligas foram organizadas como associações civis porque os juizes do interior estavam mais acostumados com o Código Civil (de 1916) do que com a legislação trabalhista e sindical aplicada da quase que só na zona urbana. É ainda Julião, na época temido espan-talho, que depõe que só ver o proprietário ser chamado a juízo para discutir o seu direito de expulsá-lo da terra já era considerado pelo camponês como uma vitória.²⁹ A luta atual de posseiros e trabalhadores agrícolas no país ainda se faz pelo apelo a direitos garantidos na legislação ordinária, mas desrespeitados no interior. A visão do autoritarismo e da violência como "normal" não enfraquece a capacidade de mobilização das bandeiras democráticas. Antes pelo contrário, é indicio do potencial mobilizador que podem possuir estas idéias se e quando forem levadas àqueles para os quais estes direitos apareceriam como aspirações. Não se pode, entretanto, negar que,

para vastos setores da população, o presente é a convivência quotidiana com a violência policial e interpessoal. Ainda assim, a reação contra as limitações aos direitos individuais não reside apenas nas classes médias, mas já encontra algum suporte em setores do operariado e da população urbana. As restrições à participação ocorrem depois de um período populista onde se modificara a sociedade pela urbanização e industrialização e se alargaram as bases sociais do regime político brasileiro. Uma série de setores marginalizados econômica ou politicamente do modelo político-econômico atual sentem-se também marginalizados ou ameaçados no uso dos direitos civis os quais, em tese, poderia exercitar contra o modelo. Oliveira Viana só em parte tinha razão — é verdade que, mais do que direitos políticos, faltava (e falta) à boa parte dos brasileiros o pleno uso dos direitos civis. Mas, a posse dos direitos civis está indissolavelmente ligada à posse dos direitos políticos e à plenitude da cidadania. O que nos deve levar ao exame do modelo brasileiro e das suas implicações quanto aos direitos individuais.

26. Cf. Jacques Lambert, *América Latina — Estruturas Sociais e Instituições Políticas*, trad. de Leão Lourenço de Oliveira, São Paulo, Ed. Nacional e Ed. da USP, 1969, 435 p.

27. MILLOR FERNANDES, in *Veja*, 185, 22-3-72.

28. É interessante a respeito lembrar que a maior parte dos dramas individuais e familiares dos pobres quando aparecem nos jornais são objeto da página policial; que nos jornais, as páginas policiais são também chamadas de páginas "populares" e que os jornais ditos "populares" são os que com mais estardalhaço tratam de assuntos policiais.

29. FRANCISCO JULIÃO, *Que são as ligas camponesas?*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, cf. pp. 49 e 53.

SOBRE AS CONCEPÇÕES DA ALA VERMELHA

TEREZA GUIMARÃES

RAUL de FREITAS

Uma das questões centrais que coloca, hoje, nosso movimento revolucionário é a da reunificação dos marxistas leninistas em um partido revolucionário da classe operária.

O combate de idéias, a discussão sistemática de nossas concepções, enquanto um dos aspectos da luta ideológica, assume uma importância crescente no processo que levará à reunificação. Ele visa contribuir para que possamos, enquanto organizações que lutam por esse objetivo, oferecer perspectiva militante ao número cada vez maior de companheiros que compreendem a necessidade da reunificação dos comunistas brasileiros.

Assim, é grande a contribuição da Plataforma para a União dos Comunistas ao colocar antes de mais nada a questão de saber o que deve responder, hoje, uma plataforma política (pág. 6). As falsas polêmicas de alguns anos atrás sobre o "caráter da revolução", a "estratégia", a "tática" que constituíam verdadeiras receitas prevendo em seus mínimos detalhes todo o processo revolucionário - uma corrente considerável de nossa esquerda com trapõe, hoje, discussões com o objetivo de formular as orientações programáticas mais gerais, ligá-las diretamente ao momento atual para superá-lo. Fruto deste trabalho é a formulação das três tarefas centrais dos marxistas leninistas: ligar-se às massas, desenvolver a luta ideológica, lutar pela união dos comunistas.

Como escreve um companheiro da Ala Vermelha: "... não podemos cair na "tentação" de definir aquilo que o desenvolvimento histórico ainda não colocou, mas temos que responder a todas as questões (diretivas, definições) necessárias para superar a presente situação e, ao mesmo tempo, orientar a classe operária no rumo geral que permita a realização de suas tarefas históricas".

Ao publicar sua "Carta Política de julho de 1973" (que transcrevemos em Debate 14) a Ala Vermelha engajou-se também na luta contra a fragmentação de nossa esquerda, pela união dos comunistas. Este engajamento assume uma grande importância à medida em que observamos a história dessa organização. Efetivamente, a Ala Vermelha foi uma das primeiras organizações a lançar-se em ações armadas e uma das primeiras a fazer enquanto tal a autocrítica do militarismo. Seu documento oficial ("Crítica ao oportunismo..." 1967) que marca o rompimento com o PCdoB, afirma: "no presente momento a tarefa mais urgente da revolução brasileira consiste em destacar os melhores e mais responsáveis quadros da organização para preparar e desencadear a luta armada". Em 1969, a autocrítica dessa posição aparecia claramente no documento "16 Pontos": "ligar o maior número possível de militantes a um trabalho junto à classe operária".

Atualmente a Ala considera-se "uma organização partidária marxista leninista que se guia pelo marxismo-leninismo e que

luta pela construção do Partido da Classe Operária", abandonando várias teses dogmáticas que conservara malgrado seu rompimento com o PCdoB, inclusive o "programa democrático popular" - que era ainda uma variante do programa deste último. O seu nome permanece, no entanto, o mesmo (Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha) o que parece ambíguo uma vez que não corresponde mais ao que eles se pretendem enquanto organização.

É considerando a importância da contribuição da Ala Vermelha que nos propomos discutir certas concepções expressas na "Carta Política" e com as quais não concordamos.

Uma concepção incorreta da luta de classes

Na "Carta Política de julho de 73" os companheiros da Ala constataam que a característica comum que marca o surgimento dos diversos partidos e organizações dissidentes dos partidos tradicionais (PCB e PCdoB) depois do golpe de 64, "é o seu afastamento da luta de classes concreta". Mas o que é a "luta de classes concreta" ? para eles " a luta de classes concreta é a luta dos que estão ligados diretamente à produção. Eles objetivamente realizam a luta de classes".

Nos deteremos nesta questão pois ela assume grande importância em todo o pensamento expresso na "Carta Política".

Partindo de uma constatação justa, ou seja, a de que essas organizações apesar de se proclamarem portadoras da ideologia proletária "não conseguiram dar passos positivos na organização revolucionária de todo o povo" por estarem desligadas do mesmo, o documento avança um conceito novo: "luta de classes concreta". A pergunta que suscita esta formulação é a de saber "concreta" em relação a que ? existiria uma luta de classes abstrata ?

Ao explicar o que entendem por luta de classes concreta os companheiros incorrem num mecanicismo teórico com graves consequência práticas. Eles reduzem, com essa formulação, a luta de classes a um confronto exclusivo ao nível da produção, parecendo esquecer que a luta de classes se manifesta justamente em todas as esferas da vida social. Não existe uma luta de classes concreta e outra abstrata, mas múltiplas manifestações, em diferentes campos, de uma mesma luta de classes.

Essa concepção dos companheiros da Ala pode ser melhor compreendida se examinarmos a "política" de certas organizações que se limitavam, na maior parte das vezes, a afirmar e a divulgar princípios gerais do socialismo científico sem que nunca se preocupassem em ligá-los às reais condições de luta da classe operária e aos seus problemas concretos (muitas vezes por puro desconhecimento dos mesmos). Ou ainda, a do vanguardismo militarista que fazia da "vanguarda" o motor da revolução substituindo-se à dinâmica própria do movimento de massas.

Assim poder-se-iam entender as posições expressas na Carta Política como uma reação a essas concepções. Mas essa nova formulação (que parte de uma autocritica de sua experiência) acentua unilateralmente o lado oposto do problema, contentando-se

em deixar repousar passivamente na ligação "concreta" dos revolucionários com as massas a solução aos principais problemas de nosso movimento revolucionário.

Vejamos mais de perto certas proposições da Carta Política e seus limites.

Após definirem o que entendem por luta de classes concreta, afirmam que o papel dos revolucionários é o de "imprimir a essa luta caráter político" e que isto só se realizará corretamente "dando consciência política e organizando os operários". O ponto de partida desta atividade "está na definição e realização das tarefas que partem de suas necessidades concretas". Adiante essas "necessidades concretas" passam a constituir não mais o ponto de partida mas "a base da atividade dos revolucionários junto às massas ... e são, hoje, em sua maioria, a luta por melhores salários e por melhores condições de trabalho e de vida".

Sendo este o "ponto de partida" resta ver como os companheiros pretendem imprimir a essa luta caráter político: "A partir do desenvolvimento das lutas econômicas a classe operária entrará em choque com a legislação e o poder ditatorial"; e, ainda: "o desenvolvimento das lutas econômicas levará inevitavelmente a que a classe operária tome consciência que ela tem de se tornar uma força política atuante".

O papel dos revolucionários está implícito nesta proposição: sendo que as lutas econômicas levarão inevitavelmente à tomada de consciência pelos operários de sua fôrça política, compre aos revolucionários concentrar todos seus esforços em desenvolver esta luta. E para cumprir esse trabalho o revolucionário deve se guiar pelo socialismo científico, mas ... "ele vai descobrindo o que fazer no processo do próprio trabalho pois convivendo com a realidade terminará por encontrar o caminho certo a seguir".

Algumas observações que mostram os limites desta visão

A concepção da "luta de classes concreta" restringe exclusivamente ao nível da produção uma luta que se manifesta em toda a sociedade. Ela impede que se contribua eficazmente ao desenvolvimento da classe operária rumo a uma tomada de consciência socialista (e não apenas trade-unionista), na medida em que ignora a existência da luta de classes fora da produção, o que limita a atuação dos revolucionários ao nível estreito dos problemas imediatos dos operários.

Contentando-se, em resumo, a ensinar os operários a vender mais vantajosamente sua força de trabalho, o que seria um dos pontos de partida justos, transforma esse tipo de luta no "objetivo central de nosso trabalho junto às massas", o que nos parece bastante limitado como ambição. A luta por melhores salários e condições de vida pode ser o ponto de partida para que o proletariado assuma seu papel de dirigente da revolução. Mas para que isto se realize é indispensável que ele considere a situação de todas as classes na sociedade.

Esse é um dos pontos fundamentais sobre o qual Lenin insiste no "Que Fazer?", mostrando que o conhecimento que a

classe operária pode ter dela mesma é intimamente ligado ao conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade. Essa é uma condição necessária ao aprendizado pelas massas de sua atividade revolucionária. Ele ia mesmo a não considerar como comunista aqueles que chamavam a atenção, o espírito de observação e a consciência da classe operária unicamente ou principalmente para ela mesma.

Essa questão é tanto mais importante posto que vivemos sob uma ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios, on de largas camadas da população das cidades e do campo são oprimidas e prejudicadas por esta ditadura. Ensinar a classe operária a reagir contra todos os abusos, contra toda manifestação de opressão e de violência quaisquer que sejam as classes atingidas, é realmente contribuir para desenvolver a consciência da classe operária, é fazê-la assumir desde já seu papel de vanguarda na luta contra a ditadura, pela democracia revolucionária abrindo a via ao socialismo. Por essa razão, não podemos nos limitar a essa concepção estreita da luta de classes.

Evidentemente o que dissemos não impedirá os revolucionários de partir dos problemas concretos e das necessidades reais das massas. Ao contrário, a nosso ver é sómente no âmbito da luta contra a ditadura, pela democracia revolucionária, que esses problemas e essas necessidades poderão efetivamente ser explicados e resolvidos corretamente. A estreiteza dos companheiros nesta questão está em só ver um dos aspectos do problema. Ao criticar... o "vanguardismo" que se contentava com proclamações abstratas e sem repercussão no seio da classe operária, o documento cai no extremo oposto, e ao invés de estreitar seus laços com a classe operária acaba por estreitar a luta de classes... limitando-a exclusivamente ao domínio da produção.

Resta observar que as concepções expressas na Carta Política não parecem limitar-se a uma questão de "investimento de forças" (hoje estamos fracos portanto temos que concentrar nossas forças no movimento operário) mas denotam uma posição mais geral que se refletirá nas proposições práticas. A essa visão estreita da luta de classes corresponde um "economicismo" na orientação do trabalho dos revolucionários entre as massas.

Tal economicismo não poderia manifestar-se de maneira mais clara do que quando os companheiros apresentam a tomada de consciência da classe operária enquanto força política atuante como o resultado "inevitável" do desenvolvimento das lutas econômicas. A luta pela melhoria das condições de existência e trabalho da classe operária é justa, assim como a idéia de que devemos partir do nível de compreensão das massas num momento determinado para fazê-la evoluir. O problema é que na Carta Política a atividade dos revolucionários é reduzida a esse ponto. O que seria um ponto de partida justo torna-se quase que uma justificativa à "incapacidade" dos revolucionários em orientar e dirigir a luta de massas. Ademais, durante todo o decorrer do documento não é mencionada sequer a luta contra a ditadura, quanto mais a necessidade de uma propaganda anti-capitalista que esclareça

aos trabalhadores "que sem a abolição da lógica do lucro e da acumulação monopolista não haverá solução de fundo para os problemas de nosso povo" (Plataforma para a União dos Comunistas). Se os revolucionários se limitam a conduzir as lutas econômicas quem dirigirá a luta contra a ditadura ?

O espontaneísmo dessa visão se evidencia na afirmação: "As diretivas gerais e fundamentais são importantes para orientar o rumo do trabalho. Porém o movimento se desenvolve e cresce através de todas as pequenas medidas diárias, ditadas pelo bom senso e pelas necessidades do momento. Este bom senso se adquire com a prática e com a assimilação dos princípios do socialismo científico".

Não desenvolvendo essas "diretivas gerais e fundamentais" para o momento atual, os companheiros dão margem a pensar que elas se reduzem à necessidade de desenvolver as lutas econômicas. Isto significaria que nós, comunistas, abdicaríamos de responder hoje à questão essencial de saber : como e para onde devemos dirigir o movimento de massas.

Em outra passagem, o documento afirma ainda que : "a atuação, junto as massas, da maioria dos partidos e organizações revolucionárias é marcada por um trabalho político que não leva em conta a realidade da situação subjetiva da classe operária e do povo brasileiro" , e, como solução, propõe "a definição e realização das tarefas que partem das necessidades mais sentidas e do nível de consciência e organização atual das massas". Esquem, desta forma, que para o desenvolvimento da consciência e organização política dos operários brasileiros é necessário "articular a propaganda do socialismo ao programa da democracia revolucionária e por esse meio às tarefas imediatas da classe operária na luta contra a ditadura" (PpUC).

É assim que apesar de reconhecerem a necessidade de elaboração de um "programa mínimo de lutas específicas", o documento afirma: "a nossa linguagem como a de todas as organizações brasileiras é ainda muito débil e insuficiente para que possamos traçar este programa". Mas como traçar um dia esse programa, numa perspectiva revolucionária, sem responder antes à questão para onde orientar o movimento de massas ?

Consideramos que a questão do programa mínimo de lutas não pode estar separada da luta pela derrubada da ditadura e da luta pela conquista da democracia revolucionária.

Na Plataforma para a União dos Comunistas avançamos o que consideramos como objetivos principais que, desde já, a classe operária deve propor :

- a todas as forças democráticas na frente anti-ditadura:

a) A conquista da soberania , popular de um regime político onde todos os poderes emanem do povo e têm como única fonte de legitimidade o mandato popular exercido em condições de plena liberdade de organização e propaganda

b) A defesa da economia nacional contra a investida dos monopólios estrangeiros.

c) O progresso econômico e social notadamente pela melhoria das condições de vida e de trabalho da população.

- ao conjunto do proletariado, aos camponeses e a todas as camadas não monopolistas, pela democracia revolucionária :

a) Direito irrestrito à greve, independência sindical, defesa das condições de vida e de trabalho

b) Nacionalizações democráticas

c) Estabelecimento de uma Assembléia Nacional Constituinte

d) Reforma agrária radical

f) Supressão da dependência do Brasil em relação ao imperialismo

g) Supressão de todos os organismos "terroristas" e da legislação que limita as liberdades públicas ; reorganização democrática das forças armadas nacionais com a punição de todos os torturadores e cúmplices da repressão.

Temos a firme convicção de que o desenvolvimento da consciência política e organização revolucionária da classe operária está em estreita ligação com os sucessos que nós comunistas obtivermos na formação de uma larga frente anti-ditadura, na luta contra a ditadura, pela democracia revolucionária que abra a via ao socialismo em nosso país.

A fraqueza do movimento operário: uma análise empírica

Apesar de insistirem, em diversos momentos, sobre a importância para os revolucionários do conhecimento e domínio do socialismo científico, os companheiros da Ala Vermelha substituem, frequentemente, os métodos de análise científica que nos fornece o materialismo histórico, por um materialismo vulgar. Por exemplo, ao pretenderem que "... convivendo com a realidade, e captando a percepção que o povo tem dessa realidade, o revolucionário vai adquirindo um conhecimento vivo da situação".

Por "conhecimento vivo da situação" eles entendem simplesmente um conhecimento sensível dos problemas vividos pelo povo. No entanto, nos parece estranho se limitar a dizer isso. A análise marxista de uma sociedade é igualmente um "conhecimento vivo" e o único que pode explicar o que se percebe "convivendo com a realidade". Para que possamos agitar e desnudar ao povo seus problemas é indispensável que sejamos capazes de realizar essa análise. Nesse sentido quando falamos em conhecimento vivo não podemos nos limitar a uma série de observações empíricas sem procurar dar-lhes uma explicação científica que na maior parte dos casos não é "aparente".

Como exemplo do que afirmamos, vejamos a análise que os companheiros fazem do movimento operário brasileiro, buscando explicar sua fraqueza:

"A inexistência de um movimento organizado e combativo da classe operária decorre fundamentalmente da inexperiência política, pois a grande maioria da classe operária é formada por

operários jovens que nunca tiveram participação na luta política ou econômica, mesmo com o caráter reformista que elas possuíam antes de 64 ; decorre do esmagamento produzido pelas leis anti-operárias e do severo controle policial presente em cada fábrica e em cada sindicato ; decorre do embrutecimento produzido pela superexploração, pois a classe operária é envolvida inteiramente pelas tarefas cada vez mais absorventes da produção na busca de um acréscimo de salário pelo prolongamento da jornada de trabalho ; por último, a inexistência do movimento é consequência da falta de uma atuação política correta, através de um método justo, da parte dos revolucionários e das diferentes organizações existentes".

Esses pontos apresentados não são imaginários, eles constituem a realidade imediata da classe operária brasileira. No entanto, todas as determinações históricas presentes na formação de nosso movimento operário são negligenciadas nessa análise. Assim, o caráter não revolucionário da transformação burguesa de nossa sociedade, a restrita democracia política em toda a fase republicana, provocaram uma forte centralização do aparelho e do poder de Estado permitindo-lhe conceder, do alto, à classe operária e aos assalariados urbanos em geral direitos há muito reivindicados e, ao mesmo tempo, impor toda uma legislação trabalhista.

O sindicalismo oficial absorveu as organizações sindicais anteriores, criou condições políticas favoráveis à subordinação do movimento operário à fração nacionalista e progressista das classes dominantes, bloqueando a organização autônoma e forte do movimento operário.

O erro do documento da Ala Vermelha consistiu em crer - negligenciando as determinações históricas, repetimos - que a repressão policial desencadeada depois de 64 pela ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios e a superexploração bastam para explicar o fato de que os trabalhadores não tenham conquistado o direito à organização sindical independente. Como afirmamos em nossa Plataforma para a União dos Comunistas, a ditadura militar não criou o sindicalismo de Estado, ela se contentou em esmagar a evolução que se anunciava depois de longas lutas rumo à organização de um movimento operário independente e revolucionário.

Finalmente, convém notar que um dos pontos levantados pela Ala - a falta de uma política correta por parte dos revolucionários e das diferentes organizações existentes - necessita efetivamente de uma análise rigorosa que pretendemos desenvolver em outra ocasião. Entretanto, podemos afirmar desde já : 1) necessitamos distinguir movimento operário organizado e combativo sobre bases revolucionárias de movimento operário organizado mas não revolucionariamente ; 2) assim, temos que levar em conta que a penetração das idéias socialistas não está necessariamente presente na formação de um movimento operário ; 3) o sucesso da difusão das idéias socialistas no seio da classe operária, o desenvolvimento da consciência política dos operários, está em estreita ligação com a capacidade dos comunistas em analisar

corretamente a sociedade em que atuam ; 4) neste sentido, a responsabilidade de partidos, tais como o PCdoB e o PCB, pela restrita penetração do socialismo científico entre os operários resulta também, em grande parte, da incapacidade em analisar corretamente nossa sociedade o que os mantém apegados a programas tipo "democrático popular" e "democrático burgues".

A questão da reunificação

No editorial de Debate nº18 afirmamos que não podemos prever desde já todo o processo de reunificação dos comunistas. Afirmamos também que o próprio quadro orgânico onde se dará esta reunificação ainda não existe. Isto significa, entre outras coisas, que os militantes reunidos em torno da Plataforma para a União dos Comunistas não se consideram absolutamente o núcleo em torno do qual será criado o partido revolucionário da classe operária.

No entanto, enquanto organização de marxistas leninistas consequentes que luta pelo cumprimento das três tarefas centrais - no plano organizatório - temos uma linha geral, um critério de unidade com os demais círculos, grupos e organizações de esquerda. De acordo com este critério distinguimos um círculo de operários revolucionários de um círculo de intelectuais socialistas ; um círculo de comunistas lutando por ligar-se às massas de um círculo de esquerdistas que tentam objetivamente semear e aprofundar divisões na nossa esquerda. A necessidade real de tal critério decorre do fato de que para a reunificação dos comunistas temos também que ter em vista o princípio de acumulação e não de dispersão de forças.

Ao invés de mantermos querelas com grupos nomeadamente divisionistas, nos dirigimos, buscamos desenvolver o trabalho unitário com aqueles círculos, grupos ou organizações interessados sobretudo em ressaltar convergências susceptíveis de transformar-se em força material na luta contra a ditadura, pela democracia revolucionária.

Dentro desta visão, consideramos como positivo todo o passo no sentido do trabalho unitário. E, num nível superior, a reunificação de círculos, a fusão de organizações somente reforçará a união dos comunistas entre si e isto impulsionará a ligação dos comunistas à classe operária.

Nesse ponto divergimos da Ala Vermelha quando em seu documento "Autocrítica" (janeiro 74) afirma :

"Deve ficar claro, que nas circunstâncias atuais a tarefa de construção do Partido não se embasará na fusão orgânica (reorganização) das organizações, grupos ou círculos existentes mas sim no encontro no trabalho de base (no seio das massas) das diversas tendências, na luta ideológica na base, enfim na aproximação pela base dentro do movimento de massas onde se manifestam essas tendências. O que vale dizer que a luta ideológica deve ser travada na base, no seio do movimento de massas, e secundariamente, entre as organizações, grupos ou círculos, principalmente através da imprensa. Assim qualquer fusão de organizações que não derive da fusão com base ideológica e promovida

no trabalho revolucionário concreto é artificial e tende a formar grupos internamente fracionados em tendências inconciliáveis".

Desta forma, a Ala reduz as tres tarefas centrais dos comunistas (ligação às massas, luta ideológica, luta pela união dos comunistas) à apenas a primeira delas, a ligação às massas. Se as tres tarefas nos parecem indissociáveis e o cumprimento de uma pressupõe a realização de cada uma das outras, não há porque considerar a ligação às massas como o pressuposto único da realização das demais.

Nos parece correto supor que a fusão orgânica de duas, tres ou meia dúzia de organizações não fará surgir, automática e obrigatoriamente, o partido revolucionário da classe operária. No entanto, encorajamos a fusão de círculos, grupos ou organizações, que resulte de um amplo e democrático processo de discussão no interior de cada uma das partes. Tal tipo de fusão é uma conquista na luta contra a fragmentação de nossa esquerda; pode tornar-se uma vitória na luta contra o obscurantismo tanto ideológico como organizatório.

Se a possibilidade de reunificação de certos círculos de operários revolucionários ou de intelectuais marxistas estiver ao alcance de nossas mãos estaremos sendo divisionistas se ao invés de concretizá-la no plano orgânico lançamo-la a um cantado "encontro no trabalho de base".

Lançar a luta ideológica e a luta pela reunificação dos comunistas ao "encontro pela base no seio do movimento de massas" é rebaixar o elemento consciente que constitui o movimento comunista - por mais fragmentado que ele esteja - ao nível do movimento espontâneo da classe operária.

Ao contrário dos companheiros da Ala, consideramos que a luta ideológica, a luta pela reunificação dos comunistas em um partido revolucionário da classe operária expressa-se enquanto força material no trabalho unitário e, com maior peso ainda, na fusão de círculos, de grupos ou organizações marxistas.

Acerca desta questão nosso editorial de Debate 18 afirma: "Consequência inevitável da fragmentação do movimento revolucionário e, notadamente, do movimento comunista é a fragmentação do movimento político da classe operária, acarretando a dispersão das lutas proletárias e por via de consequência, das lutas populares e democráticas em geral. Não se trata, em absoluto, de estabelecer um paralelismo mecânico entre os dois processos: um movimento comunista coeso não é condição suficiente para um movimento operário coeso, como tampouco um movimento operário coeso constitui condição suficiente para um movimento comunista coeso. Mas, é evidente, que sem a união dos comunistas não haverá união do movimento operário sobre bases revolucionárias.

Isto posto, a luta contra a fragmentação de nosso movimento comunista, pela união do movimento operário sobre bases revolucionárias, toma desde já também o caráter de luta pela fusão orgânica de grupos, círculos e organizações marxistas que se identifiquem nas questões programáticas gerais, nas tres tarefas centrais, e nas palavras de ordem: abaixo a ditadura, pela democracia revolucionária, pelo socialismo.

Entendemos que este artigo faz parte de um fraternal combate de idéias ao qual as contribuições da Ala têm grande importância tanto pela sua efetiva presença no movimento de massas como pelo seu engajamento na luta pela reunificação dos comunistas. Assim, a sistematização de nossas críticas visa reforçar nossa unidade.

A ESQUERDA BRASILEIRA E A ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA

MARTA ALVES

Em nossa Plataforma para a União dos Comunistas dissemos que:

"O movimento comunista brasileiro como um todo e os intelectuais marxistas em particular não conseguiram se apropriar verdadeiramente do marxismo, a grande teoria revolucionária de nossa época, enquanto instrumento vivo de conhecimento e ação. De fato, o marxismo tal como o praticou o movimento comunista no Brasil foi frequentemente rebaixado a uma espécie de positivismo evolucionista de esquerda". Esse rebaixamento do marxismo atravessou toda a história do movimento comunista brasileiro. E se é bem verdade que ele é muito mais marcante no PCB, também se manifesta de forma clara nos diversos grupos em que está fragmentada a esquerda brasileira. Assim as diversas análises econômicas, por mais que divergissem em vários pontos, tinham em comum até recentemente o que se poderia chamar de "catastrofismo", isto é a afirmação da tendência inevitável à estagnação do capitalismo brasileiro. Foi nessa afirmação que se basearam as mais diferentes táticas preconizadas pela esquerda brasileira. Não é nosso objetivo aqui nos estender sobre estas diferentes táticas, basta dizer que uma análise errônea da economia brasileira só podia conduzir, como conduziu a táticas políticas errôneas.

Posta diante da insofismável realidade do crescimento capitalista no Brasil, a esquerda brasileira não conseguiu fornecer uma análise satisfatória do fato. E, o que é mais grave, revelou que sua apreensão do marxismo continuava extremamente sumária. Um documento publicado em julho de 74 pelo MR8 e intitulado "Nossa análise sobre a atual conjuntura" nos parece ser bastante significativo desta não apreensão do marxismo e do ecletismo teórico contra o que devem lutar todos os marxistas consequentes de nosso país.

Partindo da afirmação que: "O chamado 'milagre brasileiro' em confronto com a realidade atual, demonstra seu fôlego curto e sua extrema vulnerabilidade", o documento se propõe a analisar os principais problemas da conjuntura econômica no Brasil. Estes problemas são apresentados como estando articulados em torno de uma questão principal: o recrudescimento da inflação. Colocar o problema da inflação adiante de questões como a estrutura do aparelho produtivo, mesmo numa análise conjuntural, já parece uma questão discutível do ponto de vista marxista. Os fundamentos desta opção ficarão mais claros no decorrer deste artigo, ao examinarmos os conceitos teóricos utilizados na apresentação do problema inflacionário e sua articulação com os demais problemas da economia brasileira.

A primeira afirmação no que concerne a inflação feita pelo MR8 é que: "Os governos militares posteriores a 64 de modo geral adotaram um mesmo tratamento do problema inflacionário. Esse tratamento pode ser resumido da seguinte forma: enfrentamento gradual, convivência e neutralização". Esta tese é exatamente a tese defendida pelos Srs. Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen entre outros tecnocratas a serviço da ditadura militar terrorista, e por isso mesmo manifestamos nossa estranheza por vê-la expressa como se fôsse a expressão de uma verdade indiscutível num documento de uma organização política que se pretende marxista. O "gradualismo" foi apresentado pelos tecnocratas a serviço da ditadura como sendo uma forma de combate à inflação que não acarretava recessões econômicas contrariamente ao chamado "tratamento de choque" que geraria fortes crises de estabilização.

Ora, a própria realidade fez com que os próprios tecnocratas do regime falassem cada vez menos em "gradualismo". As crises de estabilização de 65 e 67, mostraram claramente que o "gradualismo" tão decantado e aceito sem o menor espírito crítico pelos economistas do MR8 não passa de uma fórmula ideológica destinada a atenuar os impactos políticos da luta anti-inflacionária. Na verdade, a política anti-inflacionária posta em prática depois do golpe de 64 foi a mais tradicional possível, usando dos recursos clássicos de contenção do deficit orçamentário e de drástica redução de créditos. Os resultados desta política não tardaram a se manifestar, e eram conformes às intenções da ditadura militar a serviço dos monopólios. O processo de concentração e de centralização do capital foi enormemente acelerado pelas falências em grande número que ocorreram principalmente até 68, assim como pelas fusões de empresas que só encontraram esse meio para sobreviver.

A verdadeira e única "inovação" da política anti-inflacionária da ditadura foi a baixa forçada dos salários reais dos trabalhadores. Essa baixa foi obtida pela repressão a mais feroz e implacável sobre os sindicatos e o movimento operário em geral. É precisamente esta "inovação" que o documento do MR8 passa totalmente em silêncio para só reter da política anti-inflacionária mecanismos como a correção monetária e cambial. Fato tanto mais grave que os próprios tecnocratas a serviço da ditadura, dos quais o doc. do MR8 parece se inspirar, reconhecem que o arrocho salarial constituiu uma peça básica da política anti-inflacionária. Assim, o atual ministro Simonsen no seu livro "Inflação: gradualismo ou tratamento de choque?" diz: "Como todo plano clássico de combate à inflação, o Programa de Ação Econômica do Governo Casrel Branco (PAEG) baseou sua estratégia no tripé fiscal-monetário-salarial - e acrescenta - quanto à política salarial, as normas do PAEG foram aplicadas com extremo vigor".

Não se trata em nossa opinião de mero "esquecimento" por parte dos autores do doc. do MR8. A não utilização de categorias marxistas os leva a só considerar os aspectos puramente monetários e financeiros da política de combate à inflação adotada pela ditadura. Uma análise marxista deveria obrigatoriamente pôr em evidência o fato que o combate à inflação após 64 se deu em detrimento da classe operária em primeiro lugar e da pequena e média burguesia em segundo lugar. Isto é, permitiu o aumento da taxa de exploração de um lado e favoreceu a concentração e a centralização da produção de outro, afirmando assim a hegemonia da burguesia monopolista. O crescimento econômico posterior a 1968, só pode ser explicado tomando como base essa mesma concentração e centralização do capital e o aumento da taxa de exploração. Enquanto que o MR8 é obrigado a praticar um malabarismo teórico para explicar o fato, enfatizando a importância dos mecanismos de "convivência" com a inflação. Examinemos mais de perto esse malabarismo: o doc. diz: "Como decorrência do tratamento gradual aceitava-se a idéia de uma convivência forçada com a inflação durante um período mais ou menos longo, o que queria dizer que o crescimento econômico teria que dar-se com a inflação (sob controle é claro) mas não sem ela... Daí nascem mecanismos como as correções monetárias e cambiais destinadas a compatibilizar a inflação com o crescimento da economia... Graças a esses mecanismos, a economia brasileira pode absorver e "driblar" a inflação até agora." No que se refere à idéia de convivência da inflação com o crescimento econômico, nunca se supôs - a não ser nos manuais estudados nas faculdades de economia - que uma economia capitalista subdesenvolvida e dominada pelo imperialismo pudesse ter um crescimento econômico harmônico e equilibrado sem pressões inflacionárias.

Esta idéia não é portanto fruto do "tratamento gradual" da inflação. O que é fruto da política anti-inflacionista da ditadura é que essa idéia passou a ser aceita nos meios tecnocráticos e acadêmicos afeitos até então a estudar a harmonia do sistema capitalista. Essa mesma idéia foi reforçada nesses meios pelo fato que todos os países capitalistas, mesmo os mais desenvolvidos passam a ter que conviver com a inflação por não conseguirem se livrar dela.

No que tange a convivência na prática da inflação com o crescimento econômico, esta nos parece dever relativamente pouco aos mecanismos de correção cambial e monetária. Somos de opinião de que a inflação não é um simples acidente indesejável numa economia capitalista, mas que constitui um componente intrínseco do modo de produção capitalista em sua etapa monopolista representando um dos fatores que limitam o alcance da lei da baixa tendencial da taxa de lucro ao permitir o aumento da taxa de mais-valia. Se excetuarmos as razões políticas que levam alguns governos em países capitalistas a lutar contra a inflação, esta só passa a ser combatida quando passa a dificultar a transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro. Foi essa a razão de fundo da política anti-inflacionária após 64, juntamente com a necessidade de promover a concentração e a centralização do capital.

Quanto a taxa de mais-valia, a repressão que se abateu sobre o movimento operário permitiu que ela aumentasse pelo "arrôcho salarial". Ora, se esquece frequentemente que o "arrôcho" não representou uma baixa do salário nominal dos trabalhadores, mas sim uma baixa do salário real, isto é um reajuste dos salários nominais a taxas inferiores à taxa de inflação. Compreende-se pois o interesse do capital monopolista na persistência da inflação, desde que seus efeitos sobre a circulação do capital fossem atenuados. Pode-se então dizer que o crescimento econômico do capitalismo brasileiro não precisou "driblar" a inflação, mas que em compensação esta questão "driblou" a capacidade dos companheiros do MR8 de se libertar dos esquemas da economia política burguesa para ter uma visão materialista e dialética do problema.

O recrudescimento da inflação em 73 é analisado pelo doc. do MR8 com a mesma reverência aos "conceitos" da economia política burguesa. Entre as causas apontadas para esse recrudescimento figuram como as mais importantes o aumento da massa monetária e o excesso de demanda efetiva. Citemos o doc. para ver como ele apresenta esses dois pontos:

1 - "A entrada maciça de empréstimos externos obrigou o governo a aumentar o volume de meios de pagamento em circulação além dos níveis desejados provocando portanto um excesso de liquidez dentro do país... As autoridades reconheceram que estavam sendo forçadas a emitir em virtude da massa de dólares que estava ingressando no país, em forma de empréstimos."

2 - "A demanda efetiva na economia brasileira vem crescendo a um ritmo muito acelerado, que não guarda proporções com a própria capacidade real da economia de satisfazer a essa demanda... Esse fator tem uma enorme importância na atual inflação no Brasil e origina-se nas próprias contradições da acelerada expansão econômica dos últimos anos e terá de ser encarada de frente pelas autoridades e empresários mais cedo ou mais tarde".

Impõe-se em primeiro lugar um reparo quanto à linguagem utilizada, por mais antipático que isso possa parecer. Quando se escreve para um órgão da imprensa submetido à censura da ditadura, usar a expressão "autoridades e empresários" pode encontrar uma justificativa, embora mesmo nêsse caso existam formas mais "neutras" de expressão tal como o regime, etc... Mas usar essa expressão num documento oficial de uma

organização de esquerda não tem nenhuma justificação possível, e é nesse sentido bastante revelador. De nossa parte, num documento político empregamos a expressão de "ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios" ao invés de falar nas "autoridades", e quanto aos empresários, seguindo a tradição marxista, os chamamos de capitalistas quando eles são proprietários dos meios de produção, ou de representantes do capital quando sua função é gerir um capital que não é de sua propriedade. É lamentável ter que frisar coisas tão elementares, mas a isso nos obriga o doc. "Nossa análise sobre a conjuntura atual" do MR8.

Mas voltemos às causas que o doc. aponta para o recrudescimento da inflação. Em primeiro lugar temos o aumento dos meios de pagamento em circulação. Esta afirmação está ligada à teoria chamada "quantitativa". Esta teoria atravessa toda a história da economia política burguesa desde Ricardo - que foi duramente criticado neste ponto por Marx - para encontrar em Milton Friedman - conselheiro econômico de Nixon e da ditadura de Pinochet - seu mais ativo adepto e propagandista atual. A teoria quantitativa afirma que a elevação dos preços é causada pelo aumento da quantidade de moeda. Ela se baseia na divisão da economia em dois setores: um real e outro monetário. No setor real, isto é no que concerne a produção e o que esta teoria chama "os três fatores de produção" (a terra, o capital e o trabalho) além das demais relações de circulação e distribuição, a moeda não tem função. A moeda serve apenas como intermediário das trocas e não passa de um simples "véu" que é preciso levantar para estudar os verdadeiros mecanismos da economia. Esta "teoria" assimila pois o modo de produção capitalista a uma simples economia de trocas, ao negar a condição primeira da produção capitalista, isto é a necessidade para o produto de ser mercadoria, de tomar a forma dinheiro e de percorrer o processo da metamorfose.

O documento aponta também o excesso de demanda efetiva como sendo um fator que tem "uma enorme importância na atual inflação no Brasil". O próprio uso do termo "demanda efetiva" já indica a filiação teórica deste argumento: vem em direta linha da mais pura tradição keynesiana. Além do termo ter sido introduzido por Keynes, a própria teoria da inflação pela demanda teve sua origem em seus trabalhos. Nela o nível dos preços é determinado pela relação entre a oferta e a demanda. Se a demanda cresce no mesmo ritmo que a oferta, os preços permanecem estáveis; a inflação só pode resultar de um excesso de demanda em relação à oferta. O controle da inflação passa portanto pelo controle dos fatores que influenciam a demanda. Redução dos salários reais, elevação dos impostos e restrições de crédito formam o conjunto dos instrumentos recomendados por esta teoria para acabar com a inflação.

As medidas anti-inflacionárias aplicadas pela ditadura militar a serviço dos monopólios foram exatamente estas, e isso não é de espantar pois que o diagnóstico feito pelos tecnocratas a serviço do regime em 1964 era justamente que o país enfrentava uma inflação devida ao excesso de demanda. Estas medidas, como já dissemos, nada tiveram do "enfrentamento gradual" que o doc. do MR8 se compraz em assinalar, pelo contrário, tiveram como resultado as crises de 65 e 67. Nos parece portanto que o doc. continua utilizando os conceitos da economia política burguesa quando diz que "seu enfrentamento é bastante mais complexo e exigira uma opção política importante, que é a de aceitar que a economia cresça a um ritmo menos intenso que agora". Ao dizer isto é evidente que o doc. afirma que "ao mesmo mal, o mesmo remédio".

Em nossa opinião, a análise marxista permite romper este círculo vicioso, ao mostrar as verdadeiras forças que levam à inflação mesmo

sem excesso de demanda efetiva. Essas forças residem na elevada concentração e centralização do capital em nossa economia. São portanto razões estruturais que explicam a inflação brasileira, e não simplesmente o fato que conjunturalmente exista um excesso de demanda, ou mesmo que exista uma combinação de fatores todos eles conjunturais. Com efeito, com a existência dos monopólios, a perequação da taxa de lucros apresenta aspectos bastante distintos dos analisados por Marx num capitalismo de livre concorrência. O lucro realizado pelos monopólios pode ser sub-dividido em duas partes: lucro médio sobre o capital e sobre-lucro do monopólio. Tanto o lucro médio quanto o sobre-lucro são formas convertidas da mais-valia, na medida em que a soma total dos lucros é igual a soma total de mais-valia. Nessa medida, o sobre-lucro de monopólio só pode provir de uma repartição desigual (isto é não proporcional à grandeza do capital) da mais-valia global, ou o que dá na mesma, do lucro global. O que significa que na medida em que os monopólios realizam um lucro superior à parte alíquota que deveriam receber pela magnitude de seu capital, a taxa de lucro das empresas não monopolizadas é inferior ao que deveria render o volume de capital empregado. Esta é a base objetiva das contradições existentes no seio da burguesia. Mas resta determinar como a redistribuição do lucro global se faz em favor dos monopólios. Tudo indica que essa redistribuição de mais-valia se produz pelo mecanismo de preços: os monopólios podem vender seus produtos bem acima dos preços de produção, pelo fato mesmo de serem monopólios, enquanto que as empresas, não dispendo dos poderosos meios de propaganda, distribuição etc... vendem seus produtos abaixo do preço de produção. Ahamos que esta não é uma teoria completa da inflação, no entanto fornece alguns elementos corretos que não podem ser ignorados por um marxista. Ora, o documento do MRB ignora totalmente esses problemas, so retendo em sua análise os elementos aparentes do processo econômico e apontados por todos os economistas burgueses.

Os demais problemas analisados no documento, são apresentados da mesma forma. Os aspectos abordados se articulam como já dissemos, em torno do problema da inflação. Essa articulação é mecânica, na medida em que cada um deles é considerado como um fator de recrudescimento inflacionista. É nessa perspectiva que são tratadas as questões relativas ao setor agrário, ao capital estrangeiro, a escassez de mão de obra em certas regiões urbanas e o fim da capacidade ociosa industrial. O único problema abordado sem ligação direta com a inflação é o problema apresentado como crônico para o capitalismo no Brasil que é "a baixa capacidade de acumulação".

Vejamos como o doc. trata desse problema. Segundo ele: "É sua dependência externa que explica o aparente paradoxo de que uma economia capitalista, que funciona com um grau elevadíssimo de superexploração, apresenta índices de acumulação bastante modestos. Pois as relações de dependência propiciam que uma parcela muito considerável da mais-valia produzida no Brasil seja apropriada pelas burguesias dos países centrais, reduzindo portanto a massa de capital que é novamente investida no país. A recente expansão do capitalismo no Brasil não só não rompeu com as relações de dependência, como aumentou-as e fortaleceu-as. Assim o problema da acumulação insuficiente no interior do país permaneceu intacto". Longe de nós a idéia de contestar o fato óbvio que a dependência do Brasil com relação ao imperialismo se fortaleceu, e que isso faz com que o país pague um pesado tributo, mas considerar esse fato como explicativo da "acumulação interna insuficiente" é apenas uma meia-verdade. Ora, é evidente que uma análise científica, ou que se pretenda tal, não pode se contentar com meias-verdades. Examinemos o problema mais de perto.

A dependência da economia brasileira em relação aos capitais estrangeiros tem duas consequências principais que nos parecem ter igual importância. A primeira é a tendência à desnacionalização relativa da economia, devido ao fato dos reinvestimentos do capital estrangeiro localizado nos ramos mais dinâmicos da nossa economia, o que aumenta seu peso relativo, (ver a esse respeito o artigo de Joana Almeida em Debate 15). A segunda consequência é a da descapitalização relativa da economia brasileira com a drenagem de parte da mais-valia criada internamente para o exterior. O doc. do MR8 só considera esse segundo aspecto, e o considera explicativo da "acumulação insuficiente", "problema inerente ao capitalismo no Brasil".

Em uma economia capitalista, toda acumulação provém da capitalização da mais-valia. As mercadorias que o capitalismo compra com uma parte da mais-valia, como meios de consumo não lhe servem evidentemente de meios de produção e de valorização; o trabalho que ele paga com esse mesmo fim também não é um trabalho produtivo. Ele gasta assim uma parte da mais-valia como renda em vez de fazê-la se valorizar como capital. A mais-valia pode pois ser encarada tanto como fundo de consumo de capitalista, quanto como fundo de acumulação. Ela é as duas coisas ao mesmo tempo; uma parte é gasta como renda e a outra é acumulada como capital. Assim, a proporção dessa divisão determina a grandeza da acumulação. É o proprietário da mais-valia, o capitalista que determina as proporções dessa divisão. Mas, mesmo a mais-valia acumulada não se transformará em sua integralidade em capital produtivo. O capitalista ainda deverá arbitrar entre as diversas esferas de valorização de sua acumulação; isto é a transformação de sua acumulação em capital diretamente produtivo (setor industrial e agrícola), em capital comercial, em capital financeiro ou por intermédio deste em capital fictício. Essa arbitragem se fará evidentemente em função da taxa de valorização em cada uma dessas esferas, e da magnitude de capital necessário para penetrar nela. Não se pode também esquecer o papel do Estado no processo de acumulação de uma economia capitalista seja pelos investimentos públicos na esfera produtiva, seja pelo financiamento público da produção ou pelos diversos incentivos à acumulação do capital privado e seu investimento nas esferas consideradas prioritárias para o crescimento econômico.

É justamente por não analisar toda a complexidade do processo de formação de capital, que o doc. do MR8 diz apenas uma meia verdade ao considerar como causa da "acumulação insuficiente" de capital produtivo em nosso país somente os laços de dependência que o Brasil entretém com o imperialismo.

Em nossa opinião, não se pode falar na insuficiência de acumulação no Brasil sem examinar todas as determinações da acumulação. É sabido de todos que no que concerne a taxa de mais-valia, esta tem crescido enormemente no Brasil debaixo da ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios, tanto pela baixa do salário real quanto pelo aumento do ritmo e até mesmo do tempo real de trabalho através do sistema de horas extras. Essa taxa de mais-valia crescente se expressa, evidentemente, em uma massa de mais-valia mais elevada. Todo problema consiste em saber de que forma será utilizada essa massa de mais-valia em aumento. Como já vimos, a primeira arbitragem a ser feita pelo capitalista é entre seu consumo pessoal e o trabalho não produtivo que ele paga para a satisfação de suas necessidades pessoais (empregadas domésticas, chofer etc...) e a sua acumulação (os tecnocratas diriam a sua "poupança"). Nesse nível impõe-se a constatação do crescimento constante do consumo pessoal das classes dominantes no Brasil. Não é a toa que se pode considerar o setor de bens de consumo duráveis como um dos setores mais dinâmicos da economia; também não é a toa que as

industrias automobilísticas por exemplo, (todas elas de propriedade do capital estrangeiro) lançaram no mercado brasileiro veículos de alto luxo dos mais variados modelos. Boa parte dessa demanda de bens de consumo de luxo se dirige para produtos importados, agravando ainda mais a situação da balança comercial brasileira. A elevação das taxas alfandegarias incidindo sobre esses produtos teve efeitos relativamente fracos, na medida em que essa demanda é muito pouco sensível às variações de preços, pouco importa o preço desde que se possa ter whisky escocês, perfume francês etc...!

Mas o consumo elevado das classes dominantes por si só não basta para explicar a baixa taxa de acumulação no Brasil. Temos também que analisar as diferentes esferas para as quais ela se dirige. Em Debate 16, Joana Almeida analisando o sistema financeiro brasileiro dizia: "Temos todos os indícios de que a verdadeira função do sistema financeiro, nesses 10 anos de ditadura militar, venha sendo o financiamento do consumo, do déficit governamental e do capital de giro das empresas, em condições de taxas de juro crescentes, de incentivos ao capital especulativo e da impressionante expansão da entrada de capitais estrangeiros, sob forma de financiamentos e empréstimos. Como resultado se tem o aumento extraordinário do endividamento privado interno e do endividamento externo, sem que a taxa de formação bruta do capital, mesmo nos anos mais recentes, tenha se diferenciado da taxa média anual de 1947 a 1963 (17,3 % do PIB). Isto significa que a multiplicação de ativos financeiros dentro do sistema econômico é antes de mais nada, o índice do vulto atingido pela criação do capital fictício, praticamente sem nenhuma relação direta com o crescimento do capital produtivo." Mostrava assim o divórcio existente entre a esfera financeira e a esfera real da economia brasileira, ao mesmo tempo em que também se referia ao fato que ambas as esferas entram em concorrência para a drenagem da acumulação.

Essas diferentes formas de esterilização da mais-valia tem, em nossa opinião, importância pelo menos tão grande na insuficiência de formação de capital interno quanto a drenagem para o exterior de parte da mais-valia criada no país. Assim não podemos concordar com a afirmação feita pelo doc. quando pergunta: "Onde estão as origens da acumulação insuficientes senão nas relações de dependência que o capitalismo no Brasil não pode romper, sem romper consigo mesmo?" Pensamos que o mecanicismo e a uniteralidade na análise do doc. do MR8, impediu os autores de ver que a chave do problema está numa citação feita na nota 19 do proprio doc. Esta citação se refere a um debate publicado pelo JB em sua "Revista Econômica" de 18/4/74, nela um dos participantes ao debate declara: "Ainda há pouco falamos de estatização. Realmente vai ocorrer isso, a não ser que mude o sistema, porque o capital privado não tem condições de atender às necessidades do país". Não levar em conta o papel do Estado numa economia como a brasileira para suprir as deficiências da acumulação, empobrece muito a análise e impede que se perceba uma das raízes das contradições internas das classes dominantes que se evidenciam na recente polêmica sobre a "estatização da economia brasileira".

O mecanicismo, a uniteralidade e o fascínio com as aparências existentes no doc. do MR8 ficaram evidenciados ao longo deste artigo; eles são apenas um exemplo do rebaixamento do marxismo a uma espécie de evolucionismo positivista comum a praticamente toda a esquerda brasileira. Um intenso esforço para aplicar o marxismo à realidade brasileira, enquanto instrumento vivo de conhecimento e ação deve portanto ser considerado como imprescindível e urgente. No que concerne o MR8, achamos que uma organização que adotou em congresso a palavra de ordem: "Pela proletarianização da organização", deveria se preocupar seriamente em dar uma formação marxista mais consistente a seus militantes, evitando para o futuro publicações tão desastrosas quanto o doc. que acabamos de analisar. Mas como diria Marx: "Quem educará os educadores?"

INDICE DO PRESENTE NUMERO

APRESENTAÇÃO	p.3
<i>Fernando Andrade :</i>	
O MOVIMENTO OPERARIO E OS SINDICATOS (I)	p.4
<i>Rolando Fratti :</i>	
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERARIO (II)	p.12
<i>Cadernos do CEAS :</i>	
DIREITOS INDIVIDUAIS, AUTORITARISMO E MARGINALIZAÇÃO	p.18
<i>Teresa Guimaraães e Raul de Freitas:</i>	
SOBRE AS CONCEPÇÕES DA ALA VERMELHA	p.25
<i>Marta Alves:</i>	
A ESQUERDA BRASILEIRA E A ECONOMIA POLITICA BURGUESA	p.34

D E B A T E está à venda nas seguintes livrarias:

FRANÇA : (1)- Librairie Portugaise

33, rue Gay-Lussac/ 75005 Paris

(2)- Librairie La Joie de Lire (Maspero)

19/40, rue Saint Séverin/ 75005 Paris

PORTUGAL : (1)- Livraria Opinião

Rua Nova da Trindade, 24/Lisboa

(2)- Livraria Leitura

Rua de Ceuta, 88/ Porto

SUECIA: (1)- Bokcafét (em Estocolmo e em Lund)

(2)- Oktuber , Bokhandel, Estocolmo

ITALIA: (1)- Libreria Rinascita

Via delle Botteghe Oscure, 1, 2, 3 /Roma

(2)- Libreria Internazionale Paesi Nuovi

pza. Montecitorio 59/60 /Roma

NORUEGA: (1)- Tronsmo Bokhandel

Christian Augustsgt., 19 /Oslo

CORRESPONDENCIA, PEDIDOS DE ASSINATURAS E DE NUMEROS ATRAZADOS:

DEBATE

c/o Jack Bourderie

146, rue Montmartre

75002 Paris

FRANCE